

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS DO PONTAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

BRANCA MARIA VIEIRA GOMES

**GEOGRAFIA E FOTOGRAFIA - IMAGENS DA
SEGREGAÇÃO E AUTOSEGREGAÇÃO
SÓCIOESPACIAL EM ITUIUTABA – MG**

Ituiutaba – MG

2021

BRANCA MARIA VIEIRA GOMES

**CARTOGRAFIA E AS IMAGENS DA SEGREGAÇÃO E
AUTOSEGREGAÇÃO SÓCIOESPACIAL EM ITUIUTABA –
MG**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Gonçalves

Ituiutaba – MG

2021

RESUMO

Este trabalho trata do processo de segregação e autosegregação sócioespacial em Ituiutaba-MG, cidade média do interior de Minas Gerais onde se observa uma periferação da produção do espaço urbano, onde se assenta tanto a população mais pobre, em projetos habitacionais do modelo Minha Casa Minha Vida, quanto em condomínios fechados, onde moram pessoas dos estratos sociais mais ricos da cidade. Procuramos tratar teoricamente a questão da segregação e autosegregação sócioespaciais e retratamos tais processos através da análise fotográfica, um importante recurso para a análise espacial.

Palavras-chave: Segregação sócioespacial. Autosegregação sócioespacial. Produção do espaço urbano.

RESUMEN

Este trabajo aborda el proceso de segregación socio-espacial y auto-segregación socio-espacial en Ituiutaba-MG, una ciudad mediana en el interior de Minas Gerais, donde hay una periferización de la producción del espacio urbano, donde se basa la población más pobre, en proyectos de vivienda del modelo Mi Casa Mi Vida, y en condominios cerrados, donde se encuentran personas de la estratos sociales más ricos de la ciudad. Buscamos abordar teóricamente el tema de la segregación y autosegregación socioespaciais y retratar tales procesos a través del análisis fotográfico, un recurso imponente para el análisis espacial.

Palabras clave: Segregación socioespacial. Autosegregación socio-espacial. Producción de espacios urbanos

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ituiutaba: Núcleo original do povoado de São José do Tijuco, 1890.	13
Figura 2	Ituiutaba: Espaço urbano em 1940.....	14
Figura 3	Ituiutaba: Espaço urbano em 1960.	15
Figura 4	Evolução da população total de Ituiutaba entre 1940 e 2021.....	17
Figura 5	Ituiutaba: Malha urbana – 2019.....	18
Figura 6	Expansão urbana de Ituiutaba entre 1950 e 2019.....	19
Figura 7	Ituiutaba - Condomínios do PMCMV e Condomínios Fechados - 2021	22
Figura 8	Condomínio Villagio – propaganda da infraestrutura, 2021.....	40
Figura 9	Condomínio Ituiutaba – muro com concertina, cerca elétrica e câmeras.....	42
Figura 10	Condomínio Ituiutaba (direta, portaria ao fundo) e Bairro Brasil (ao lado)	43
Figura 11	Condomínio Ituiutaba (destaque em vermelho), Residencial Gilca Vilela Cancelli (destaque em amarelo) e parte do bairro Brasil.....	43
Figura 12	Casa do residencial Gilca Vilela Cancelli fazendo divisa com o condomínio Ituiutaba.....	44
Figura 13	Condomínio Portal do Lago – Portaria de Acesso, 2021	45
Figura 14	Condomínio Portal do Lago – lago e casas. O entorno do lago possui uma mata em de cerrado em recuperação.....	46
Figura 15	Condomínio Portal do Lago – muro e portaria de acesso, 2021.....	47
Figura 16	Condomínio Ituiutaba – Portaria de Acesso, 2021	47
Figura 17	Portal do Lago – imagem de satélite.	48
Figura 18	Acampamento nos residenciais Nova Ituiutaba II e IV.....	50

LISTA DE FIGURAS

Figura 19	Nova Ituiutaba II e IV – Mato crescendo nos terrenos de casas abandonadas e depredadas.....	51
Figura 20	Residenciais Nova Ituiutaba I, II, III e IV.....	52
Figura 21	Residenciais Nova Ituiutaba III – Casa com processo de ampliação ainda sendo executado (presença de parede sem reboco).	53
Figura 22	Residenciais Nova Ituiutaba I – Casa cuja única transformação são os muros e a grade de proteção nas janelas. O morador pouco transformou a moradia.	53
Figura 23	Quadra de esportes e academia ao ar livre funcionando. O terreno abandonado ao lado deveria abrigar uma horta comunitária.....	54
Figura 24	As áreas que circundam os residenciais tem se transformado em depósito de entulho.....	55
Figura 25	Em diferentes pontos, o problema é o lançamento de lixo urbano.	55
Figura 26	Residencial Gilca Cancela Vilella – descarte irregular de resíduos da construção civil.	56

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFTM	Instituto Federal do Triângulo Mineiro
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
UEMG	Universidade Estadual de Minas Gerais
UFU	Universidade Federal de Uberlândia

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	04
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS	05
1. INTRODUÇÃO.....	09
2. OBJETIVOS.....	11
2.1 Objetivo Geral	11
2.2 Objetivos Específicos.....	11
3. A URBANIZAÇÃO EM ITUIUITABA - MG	12
3.1 Ituiutaba - Produção do espaço urbano	12
3.2 Segregação e autosegregação sócioespaciais	21
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL	23
4.1 Conceituando Segregação e autosegregação sócioespacial.....	23
4.2 A fotografia como ferramenta de análise das dinâmicas espaciais.....	32
5. MATERIAL E MÉTODOS.....	39
5.1 Etapas de Execução do Trabalho.....	39
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES	40
6.1 Condomínios fechados e a autosegregação espacial em Ituiutaba	40
6.2 O PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida e a segregação sócioespacial em Ituiutaba.....	49
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

1. INTRODUÇÃO

O processo de produção do espaço de Ituiutaba tem 120 anos. O pequeno povoado de São José do Tijuco surgiu em 1839 e tornou-se município de Ituiutaba em 1.901. Nesse tempo, a cidade cresceu, sua economia se diversificou, despontando como a 4ª maior cidade do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.

Porém, a dinâmica urbana tem revelado as faces contraditórias do processo de urbanização brasileira, sobretudo em face dos pares dialéticos inclusão/exclusão: a segregação sócioespacial, que atinge sobretudo as camadas menos privilegiadas da sociedade e, recentemente, importando hábitos urbanos de centros maiores, a autosegregação espacial, praticado pelas camadas de maior renda da sociedade que se encastelam em condomínios fechados.

Essas questões motivaram a elaboração do presente trabalho. Debater teoricamente os processos de segregação sócioespacial e de autosegregação sócioespacial em Ituiutaba, revelados através da análise fotográfica e das teorias espaciais.

Na **Introdução e nos Objetivos** são apresentados o objetivo geral e os objetivos específicos pelos quais essa pesquisa se guiou. Pretende-se delimitar quais serão os enfoques dentro da problemática apresentada e quais são as pretensões de resultados, discussões e análise.

O **Capítulo três** trata da análise do processo de produção do espaço em Ituiutaba – MG, delimitando os bairros periféricos onde, nos últimos 25 anos, tem se verificado a construção de moradias populares e condomínios fechados. Qual a explicação para esse fenômeno?

No **Capítulo quatro** são apresentadas e discutidas as fundamentações teóricas sobre segregação sócioespacial, autosegregação espacial, bem como uma teorização da fotografia como ferramentas de análise das dinâmicas espaciais. É a partir das fotos que pretendemos representar as dinâmicas dos tipos de segregação.

O **capítulo cinco** é composto pela explicação dos materiais e métodos utilizados no decorrer da pesquisa e depois de como os mesmos foram trabalhados para a elaboração da discussão sobre o tema.

Os resultados estarão presentes no **sexto capítulo**, no qual vão ser apresentadas as fotografias realizadas a campo, sendo elas que nortearão as discussões sobre a realidade estudada, procurando definir e dimensionar a segregação e a autosegregação espacial.

Nas Considerações Finais serão retomados os objetivos e será feita avaliação da efetividade do método e das discussões desenvolvidas para alcançá-los. Serão apresentadas as análises finais acerca da relação entre fotografia e representação da segregação e auto segregação urbanas.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do trabalho foi apresentar o processo de segregação e autosegregação sócioespacial em Ituiutaba – MG através do uso das imagens fotográficas

2.2 Objetivos Específicos

Compreender o processo de produção do espaço urbano em Ituiutaba;

Teorizar sobre os conceitos de segregação e da autosegregação sócioespaciais.

Compreender a relação entre fotografia e Geografia e sua aplicação na análise dos processos espaciais urbanos segregacionistas.

3. A URBANIZAÇÃO EM ITUIUTABA.

Ituiutaba é um município de 120 anos, cujo processo de produção do espaço e diferenciações espaciais apresentaremos a seguir.

3.1 Ituiutaba - produção do espaço urbano.

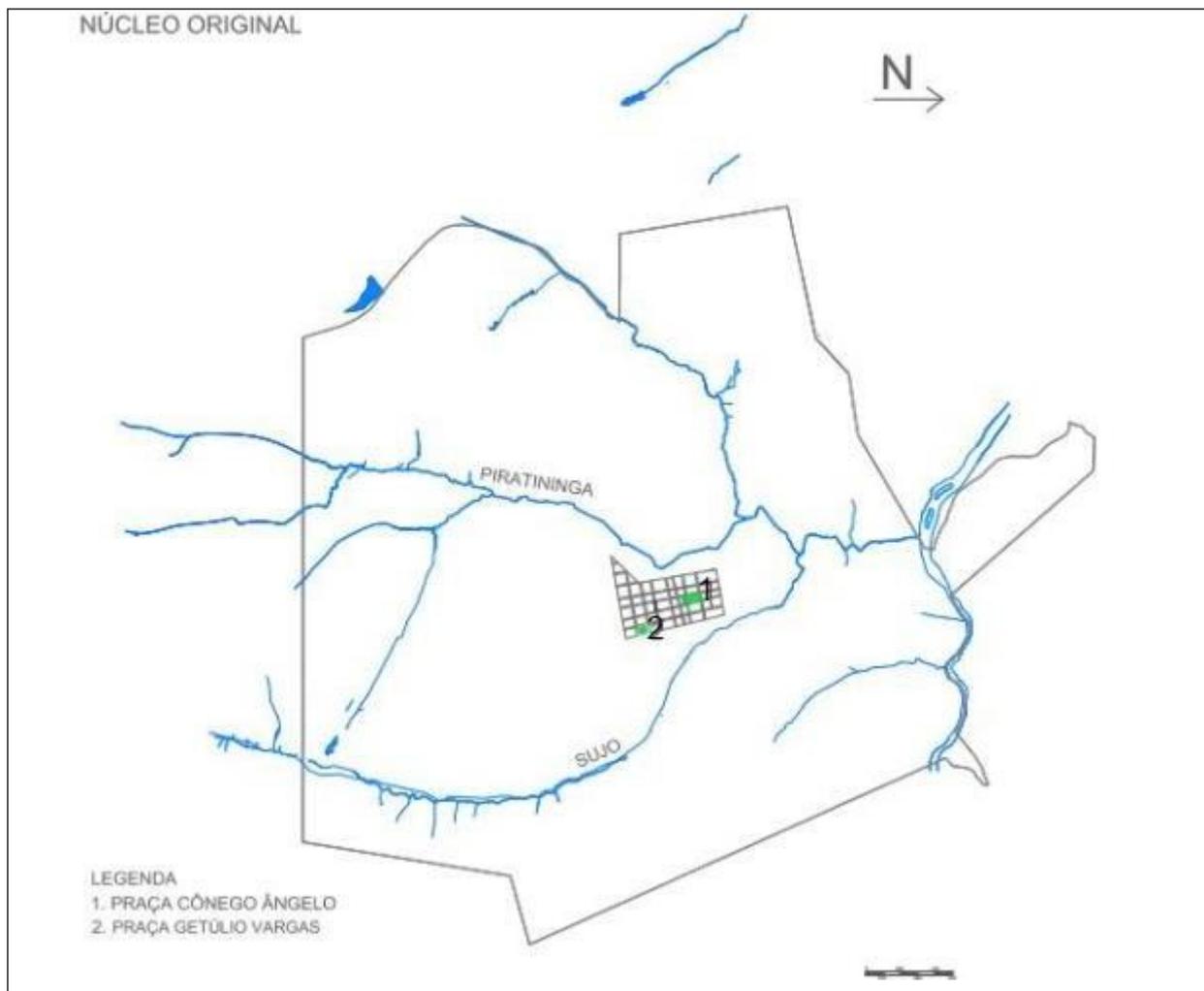
No século XVI, a região conhecida como Sertão da Farinha Podre, correspondente ao atual Triângulo Mineiro, passou a ser explorada por bandeirantes, cujas incursões à procura de pedras preciosas e indígenas para escravidão, permitiram o conhecimento e a colonização regional. Segundo Oliveira (2013, p. 47),

O processo histórico de constituição territorial do Triângulo Mineiro (conhecida na época como Sertão da Farinha Podre), enquanto região econômica e política brasileira, iniciou-se no século XVI, quando era somente um local de passagem de mineradores e tropeiros rumo às áreas de exploração de ouro nas atuais terras do Estado de Goiás. Entretanto, é apenas no século XVIII que ocorre a ocupação efetiva da região, com a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, o Anhanguera (filho), que cruzou as terras entre os rios Grande e Paranaíba a caminho das minas de ouro ali localizadas.

As tribos indígenas que dominavam o território foram expulsas, capturadas ou exterminadas. Essa “pacificação” permitiu o assentamento de grupos humanos que lentamente estabeleceram povoados, cujo crescimento resultou na formação das cidades existentes atualmente no Triângulo Mineiro.

Souza (2018), destacou a evolução urbana de Ituiutaba, cujo processo de ocupação remonta ao início do século XIX, com a passagem de tropeiros, o estabelecimento dos primeiros ranchos de moradias e o consequente extermínio dos índios Caiapó, a formação do Arraial do Tijuco (14/09/1891).

Figura 1: Ituiutaba: Núcleo original do povoado de São José do Tijuco, 1890.



Fonte: GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla (2014, pág. 05).

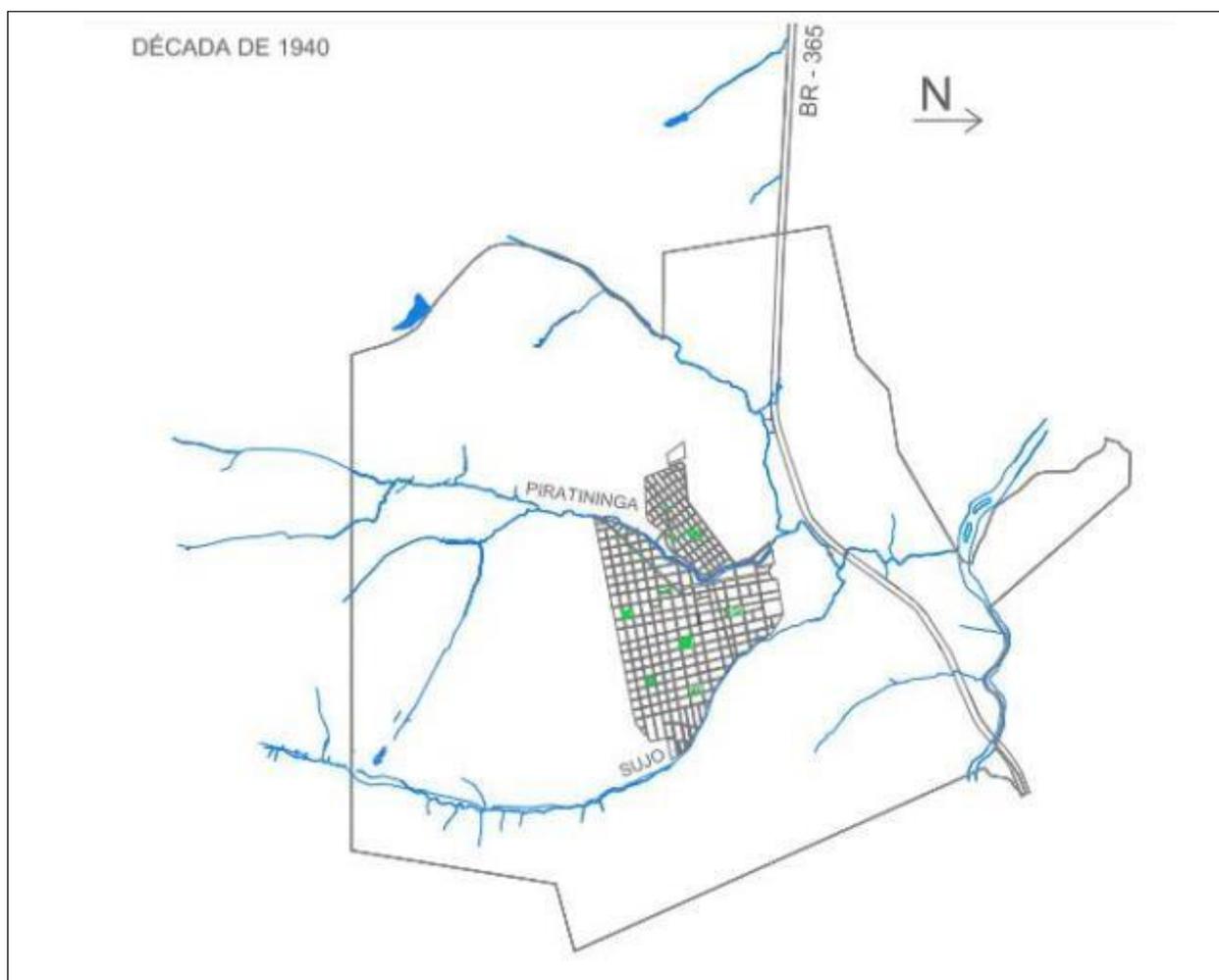
Décadas depois, o povoado foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de Vila Platina, pela lei estadual nº 319, de 16-09-1901, sendo desmembrado de Prata. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, a Vila Platina foi elevada à condição de Distrito Sede. Em 18-09-1915, a Vila Platina passou à condição de município e, através da Lei Estadual nº 663, tornou-se Comarca, recebendo o nome de Ituiutaba (IBGE, 2015).

Entre os anos de 1915 e 1950, ocorreu modificação na paisagem urbana, cuja economia era muito dependente das atividades econômicas realizadas no meio rural. Foi na década de 1950 que o município passou por um período de crescimento populacional, que contou com a forte imigração advinda principalmente da região nordeste para o meio rural, com forte crescimento da atividade agrícola, sobretudo, produção de arroz.

Guerra e Libera (2017, pág. 08), apresentando a figura 03, informam que:

Nesse momento a cidade já contava com aproximadamente 32 mil habitantes, e foi marcada por dois processos de expansão, sendo um entre às margens dos córregos Pirapitinga e Sujo, e o segundo pela ocupação além córrego Pirapitinga, que se configurou como o primeiro limite físico superado pela expansão urbana. A implantação dos bairros às margens do córrego Sujo foi realizada pela população de baixa renda trabalhadora das lavouras, sendo fundamental para alavancar a superação deste limite físico da cidade, impulsionando uma futura ocupação no sentido Leste

Figura 2: Ituiutaba: Espaço urbano em 1940.

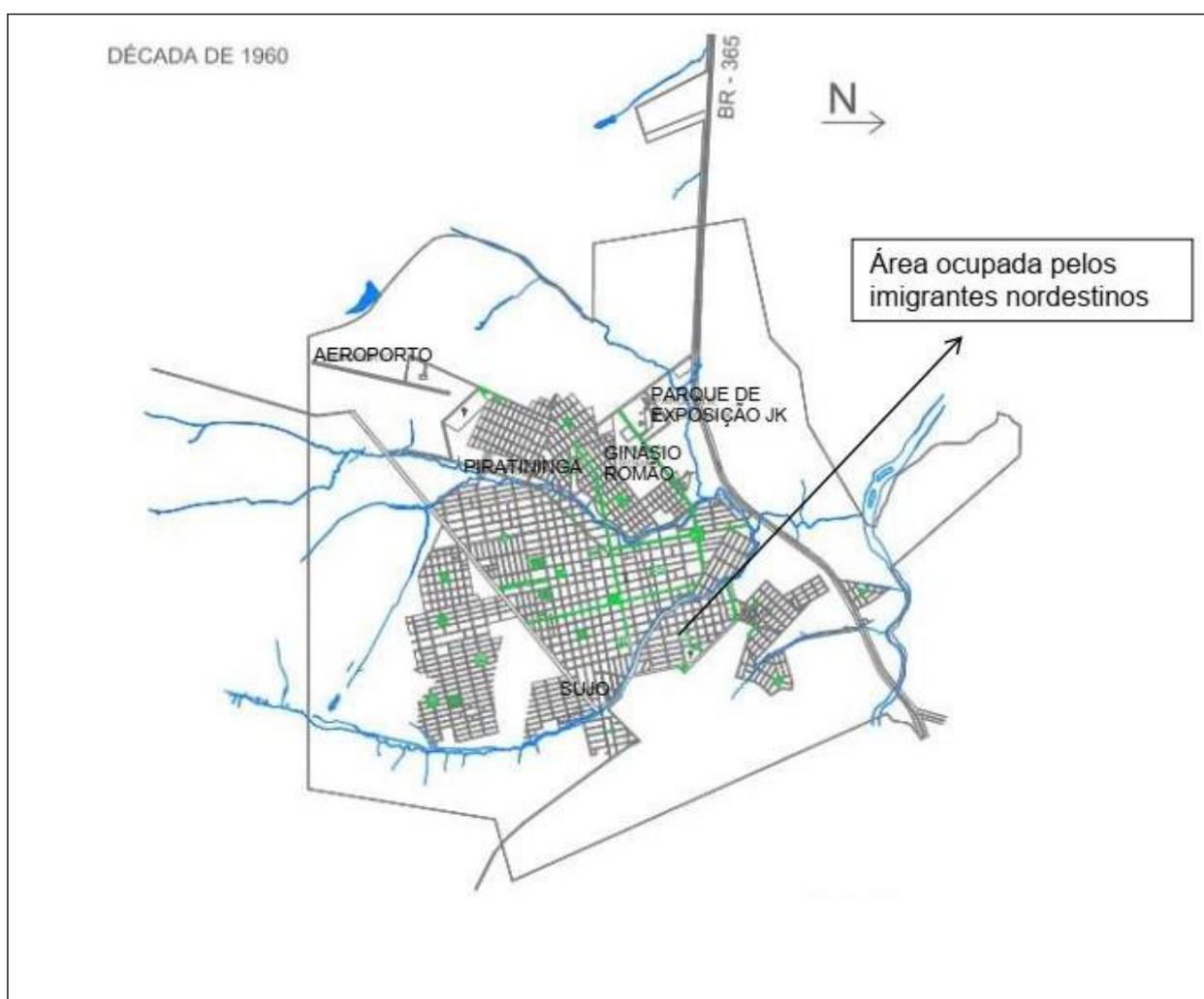


Fonte: GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla (2014, pág. 08).

O núcleo urbano dava suporte para o desenvolvimento das atividades rurais, sobretudo através do financiamento, compra e venda da produção a armazéns e atacadistas, fornecimento de víveres alimentícios e ferramentas, na comunicação com centros regionais, dentre eles, Uberlândia e Uberaba, além dos serviços públicos básicos.

Já em 1960 a 1970 com as políticas públicas do governo baseadas na construção de Brasília, abertura de rodovias federais visando a integração territorial (BR-365), somado aos impactos do processo de modernização da agricultura, impactaram na presença ainda maior de imigrantes em Ituiutaba – sobretudo nordestinos, aumento da migração campo-cidade – tendo em vista que passam a ter atividades agrícolas com menor dependência de mão-de-obra. Grande parte desse contingente vai ser periferizado, sobretudo com a formação de bairros eminentemente ocupados por nordestinos.

Figura 3: Ituiutaba: Espaço urbano em 1960.



Fonte: GUERRA, Maria Eliza Alves; LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla (2014, pág. 11).

A partir da década de 1980, Ituiutaba passou a se destacar na sua rede urbana, tornando-se um pólo microrregional, pois centralizou a oferta de produtos, serviços (clínicas, médicos especialistas, hospitais, faculdades, cursinhos, serviços técnicos especializados, concessionárias, estabelecimentos parceiros de franquias nacionais) e indústrias (laticínios,

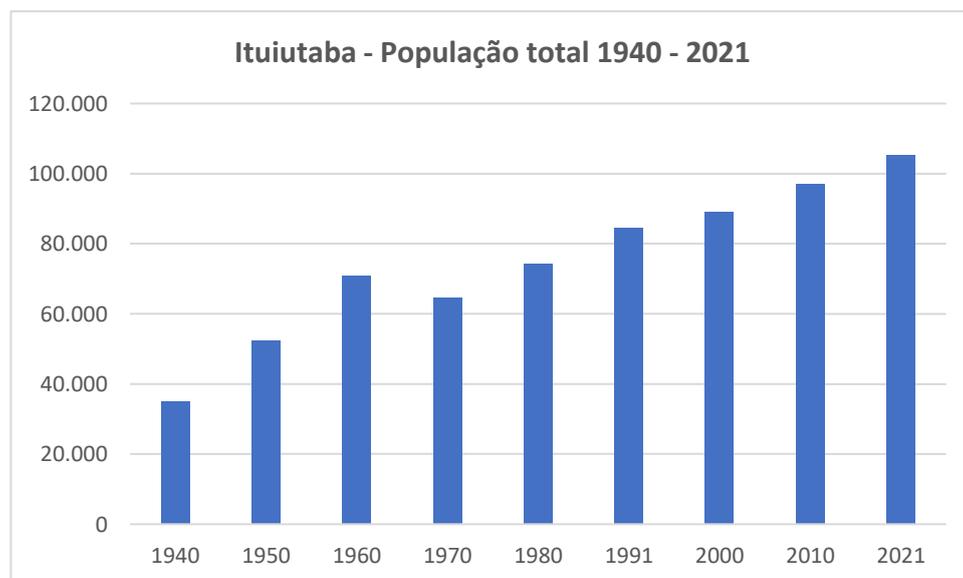
grãos, sucroalcooleiras), que beneficiam a produção local/regional e atendem as demandas de conjunto de municípios do seu entorno (Santa Vitória, Monte Alegre de Minas, Ipiacú, Gurinhatã e Cachoeira Dourada), conforme apontamentos de Oliveira e Ribeiro Filho (2017).

A polarização entre núcleos urbanos menores e as áreas agrícolas relacionadas com Ituiutaba ocorre por conta do movimento centrípeto de um centro urbano que se destaca na rede urbana, pois, conforme Lefebvre (1991, p. 109) “a cidade atrai para si tudo o que nasce da natureza e do trabalho, noutros lugares: frutos e objetos, produtos e produtores, obras e criações, atividade e situações” e, à medida que as atividades se dinamizam, também se dinamiza a economia urbana, sobretudo a geração de riqueza e renda, que no nosso entendimento, provoca o crescimento urbano.

Na última década, a expansão urbana verificada decorre de alguns fatores. As atividades urbanas se diversificam, com o aumento dos investimentos em novos negócios. O centro da cidade se expandiu, com uma consolidação da oferta de serviços e comércio cada vez mais dinâmicos, diversificados e consolidados. O município recebeu investimentos produtivos industriais e agroindustriais, que aumentaram a oferta de empregos e produção agrícola e industrial. Redes atacadistas importantes (Mart Minas, Bahamas e Grupo ABC) abriram unidades no município, assim como ocorreu a abertura de empreendimentos de importantes franquias nacionais, inserindo o local em lógicas de grupos nacionais.

Ademais, o Governo Federal implantou campus do IFTM – Instituto Federal do Triângulo Mineiro e da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, e mediante a estadualização da UEMG – Universidade Estadual de Minas Gerais, o setor educacional tornou Ituiutaba referência na região, atraindo estudantes até mesmo de outros estados, o que movimentou o comércio, serviços e setor imobiliário, no atendimento das necessidades demandadas por estudantes, colaboradores e professores. Em suma, as dinâmicas econômicas impactaram geração de emprego e renda, bem como na movimentação de pessoas, produtos, serviços e arrecadação de impostos.

Figura 04 – Evolução da população total de Ituiutaba entre 1940 e 2021.



Fonte: Censos e projeções populacionais do IBGE.

Dados dos censos do IBGE representados na figura 04 indicam o crescimento populacional entre 1940 e 1960, uma queda populacional em 1970, e um crescimento populacional contínuo desde então.

Autores como Oliveira e Ribeiro Filho (2017), Oliveira (2013) e Nascimento e Melo (2011), foram unânimes em comprovar que nos últimos 20 anos, a dinâmica econômica ituiutabana tem se tornado cada vez mais complexa, em face da estruturação de um município de porte médio que tende para cidade média, haja vista que já possui mais de 100.000 habitantes.

Segundo Oliveira (2003, p. 114),

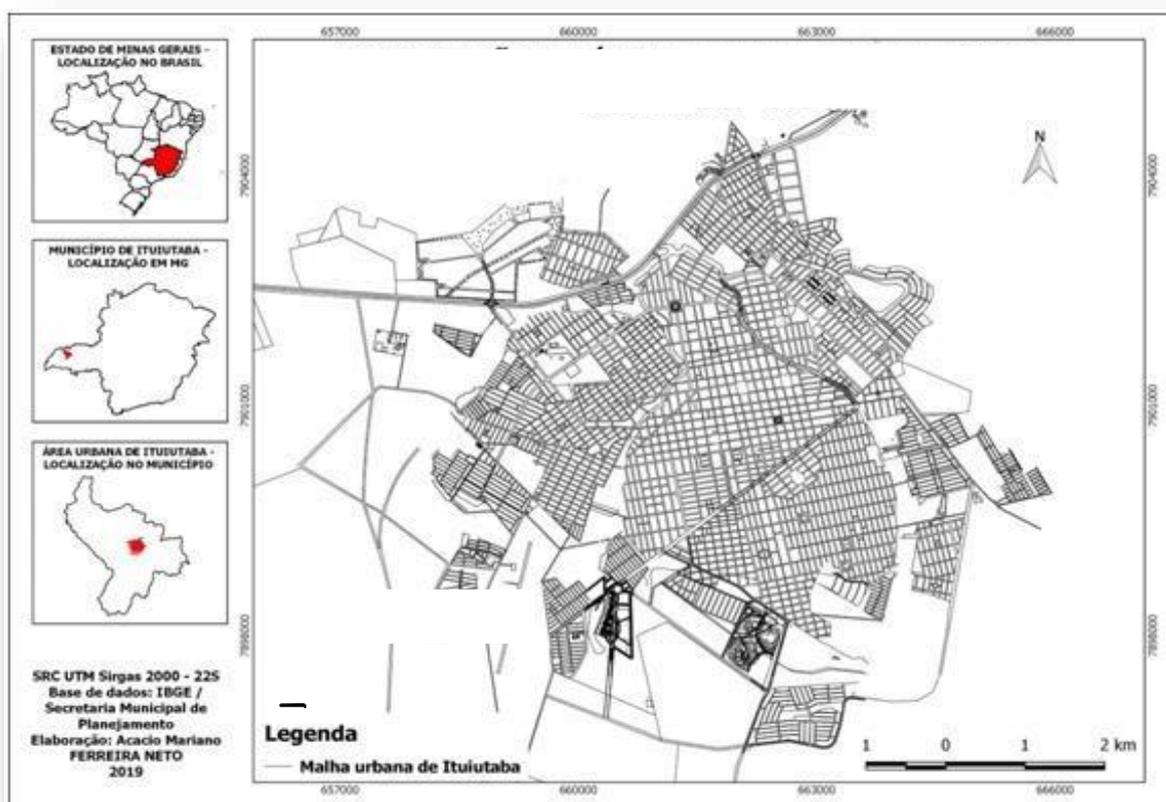
Ituiutaba caracteriza-se como uma cidade média pelo porte demográfico, serviços disponíveis e qualidade de vida que oferece, contudo sua ligação econômica é com o setor de agronegócios, cuja contribuição com o PIB municipal é de 73%, de acordo com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba (2002).

A estruturação econômica local se verifica na sua dinâmica econômica, em que pese os seguimentos produtivos da agropecuária e dos serviços, que condiciona a geração de emprego e renda em diferentes segmentos laborais. Segundo dados do sistema Público de Emprego e Renda, em 31 de dezembro de 2019, Ituiutaba possuía 19 pessoas trabalhando na indústria extrativa mineral, 157 no serviço indústria, 933 na construção civil, 957 na agropecuária, 2.042 na administração pública, 4.883 na indústria da

transformação, 5.926 no comércio e 6.470 pessoas na prestação de serviços, demonstrando uma boa diversidade ocupacional.

A dinâmica econômica é suporte para o processo de crescimento populacional, tendo em vista que a geração de emprego e renda garante o sustento familiar e atrai migrantes que se deslocam dos municípios vizinhos ou de diferentes regiões do país para Ituiutaba, provocando impactos no processo de urbanização.

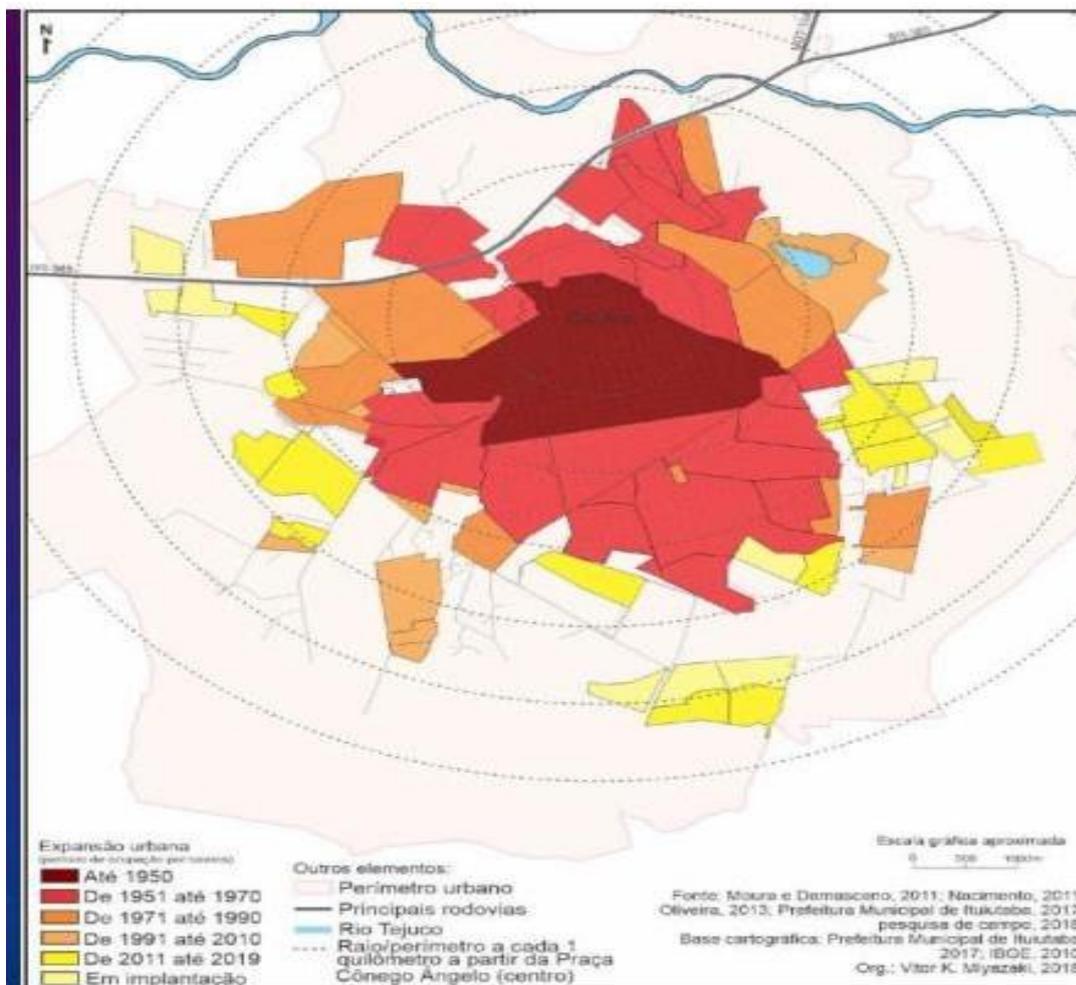
Figura 5: Ituiutaba: Malha urbana – 2019.



Fonte: FERREIRA NETO, Acácio Mariano, (2019).

As imagens que representam o crescimento do espaço urbano nos dão a espacialização da expansão horizontal da cidade. Porém, essa expansão ocorreu em tempos desconexos. A figura 06 representa os anos em que a urbanização ocorreu.

Figura 06 – Expansão urbana de Ituiutaba entre 1950 e 2019.



Fonte: Vitor K Miyazaki, 2021.

A figura 06 mostra o processo de expansão. Visualmente, os bairros em tom vermelho escuro demonstram a localização do centro. Os tons em vermelho, laranja escuro e laranja claro demonstram a espacialidade das áreas ocupadas entre 1950 e até 2010. Já os tons de amarelo (amarelo ouro e amarelo claro), evidenciam a urbanização na última década.

Teoricamente, no processo de produção da cidade, o espaço é apropriado e transformado em mercadoria de forma privativa. A concentração demográfica pressiona a população na busca da ocupação do solo urbano e que na exiguidade ou esgotamento dele, passa a demandar cada vez mais áreas urbanas, que são diferencialmente ocupadas. É na cidade que se encontram as diversas formas de uso e ocupação do solo e a mais

diferenciada atividade refletida na divisão territorial do trabalho, o que torna o conflito pela posse do solo urbano latente.

Moraes (1999), ao analisar o processo, lembra que por esse excedente populacional não ser inserido à economia formal, passa a constituir um contingente marginal que exercem forte pressão social, pois constitui no aumento da demanda de serviços urbanos, num quadro marcado por carências estruturais históricas nesse setor.

A produção do espaço da cidade produz diferenciações importantes, conforme o porte da cidade: o centro com sua concentração de atividades comerciais e de serviços; a verticalização com a construção de prédios; os distritos industriais para a localização da indústria, os bairros residenciais, sejam eles para a classes média, alta e a população de baixa renda, além das áreas de especulação imobiliária, que cria todo um mercado de terras urbanas, onde a maioria das propriedades, normalmente, pertence às famílias tradicionais que as mantêm como reserva de valor à espera de melhor valorização.

As dinâmicas econômicas mostram para esses proprietários o momento exato de transformar a terra rural em urbana, transformando fazendas em cidades, terras desabitadas em cidade, com conseqüente urbanização (asfalto, energia elétrica, esgoto, abastecimento de água, ruas e avenidas) e construção de moradias.

O setor habitacional, percebendo a dinâmica econômica positiva vivenciada nas últimas duas décadas, se articulou, estabelecendo a interação entre os diversos agentes do setor privado. Proprietários fundiários venderam terras a incorporadores ou eles mesmos abriram esse tipo de empresa, no sentido de promover empreendimentos privados, com venda de lotes às classes médias e altas, ou ainda, motivado por investimentos públicos, sobretudo através de financiamentos federais como o Minha Casa Minha Vida, de caráter popular, direcionado às classes menos abastadas.

O resultado prático é que os interesses privados, condicionados aos investimentos públicos e privados resultaram na expansão do perímetro urbano. Conseqüentemente, a urbanização vivenciada em Ituiutaba nas duas últimas décadas revela uma cidade que cresceu e cresce territorialmente ocupando áreas de entorno que antes eram sítios e/ou fazendas, periferizando a população em diferentes empreendimentos imobiliários.

3.2 Segregação e autoss segregação sócioespaciais.

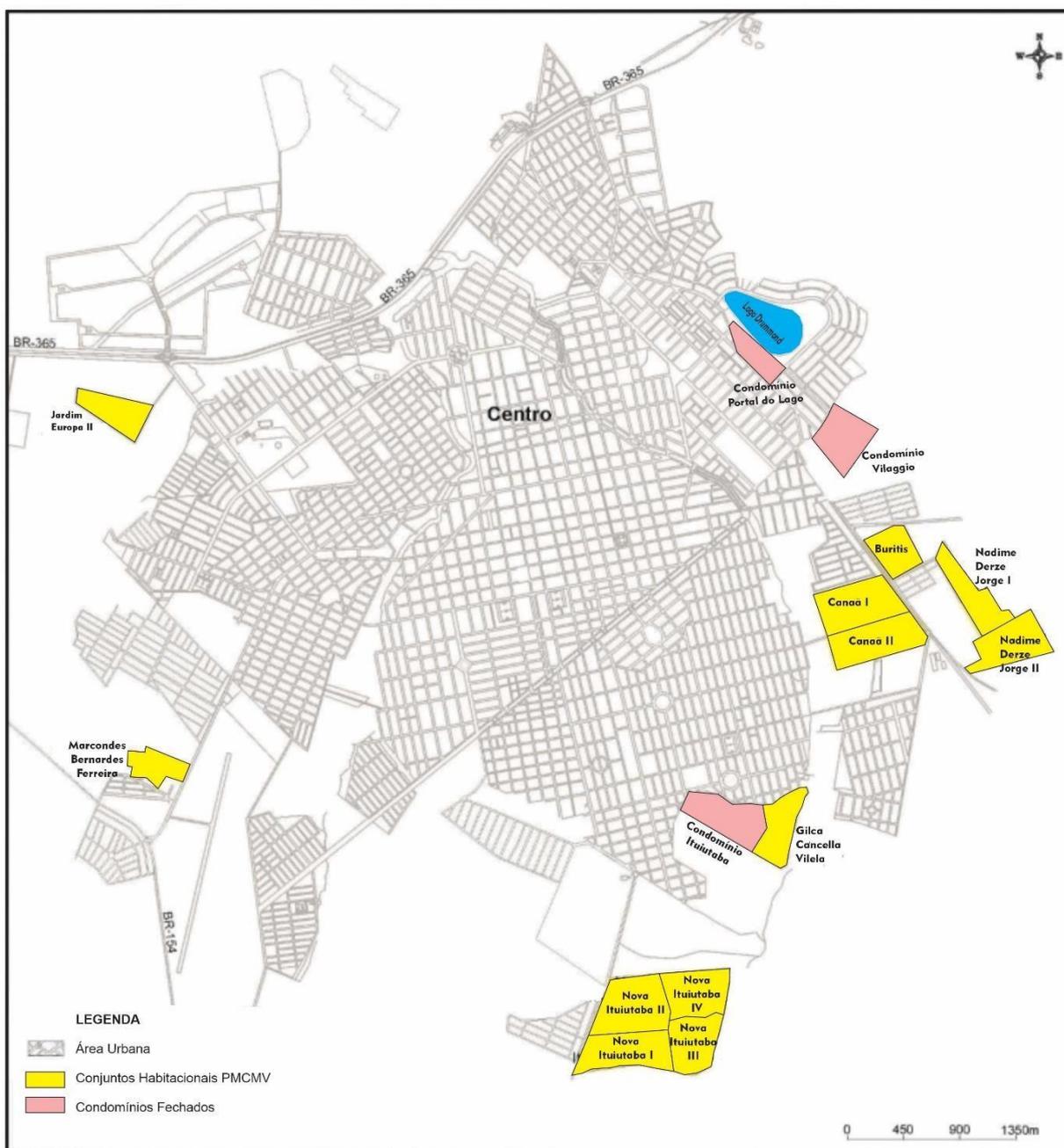
A dinâmica econômica e social produz e reproduz o processo de produção do espaço urbano ituiutabano, cujas lógicas contemplam dinâmicas típicas do modelo do desenvolvimento capitalista brasileiro, com destaque a ação dos agentes produtores do espaço urbano atuando na produção da cidade, a fragmentação espacial, a exclusão social e a segregação sócioespacial.

Entre os anos de 2009 e 2015, 10 conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida resultaram na construção de 4.047 casas populares financiados pelo poder público Federal, em parceria com o poder municipal, nos projetos habitacionais Buritis (328), Gilca Vilela Cancelli (364 casas), Jardim Europa II (390 casas), Marcondes Bernardes Ferreira (230 casas), Nadime Derze Jorge I (331 casas), Nadime Derze Jorge II (500 casas), Nova Ituiutaba I (529 casas), Nova Ituiutaba II (468), Nova Ituiutaba III (468 casas) e no Nova Ituiutaba IV (439 casas).

Localizados geralmente na periferia urbana, com casas diminutas (35 a 45 metros quadrados de área construída), em bairros geralmente sem sistema de transporte urbano, sem a presença de escolas, creches, posto de saúde, com altas densidades populacionais, habitados por população de baixa renda, percebe-se claramente, a produção de bairros altamente segregados.

Por outro lado, também na periferia urbana, foram criados por intermédio de investidores privados, dois condomínios fechados (Condomínio Portal do Lago, implantado em 2001, com 33 lotes, e o Condomínio Ituiutaba, implantado em 2020 e com 96 lotes), e está em processo de implantação um terceiro condomínio, o Villagio, com 120 lotes. Considerados de alto padrão, com a exigência de moradias de mais de 350 metros de área construída, preços extremamente elevados dos lotes, com venda prioritária para pessoas de altíssima renda (empresários, fazendeiros, juizes, promotores, diretores de autarquias e empresas públicas, etc). Apesar desses empreendimentos localizarem-se na periferia urbana, cria-se a ideia de uma periferia rica, exclusiva, cujos muros garantem a apartação entre a população “de dentro” e a população “de fora” do condomínio, processos que geram uma fragmentação urbana – pois é a privatização total do espaço, além do processo de autoss segregação.

Figura 7 – Ituiutaba - Condomínios do PMCMV e Condomínios Fechados - 2021



Fonte: Levantamentos de campo e base de Vitor K. Miyazaki e Rafael M. S. D. Jorge, 2021.

Colocados os exemplos, vislumbramos estudar, no contexto da produção do espaço urbano, os processos de segregação sócioespacial relativos aos bairros populares e de autosegregação nos condomínios fechados ituiutabanos. Para tanto, serão apresentadas fotos que representem fragmentos da realidade de alguns desses espaços.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

Para compreensão dos objetos da pesquisa, apresentamos a base teórica e conceitual do que entendemos como segregação sócioespacial, autosegregação sócioespacial, além da importância da Fotografia como fundamento metodológico para a representação e análise espacial.

4.1 Conceituando Segregação e autosegregação sócioespacial.

Partindo de linhas gerais acerca do contexto da urbanização, é necessário considerar que esta corresponde a uma dimensão histórica, um processo que apresenta uma permanente transformação no que compreende a divisão social e territorial do trabalho se materializando através de uma forma urbana, que, por sua vez, constitui a cidade. A cidade, nesse sentido, tende a compreender uma dimensão geográfica que apresenta essa materialização do processo de urbanização num dado momento, ou seja, representa a forma/ conteúdo do urbano.

Castells (2000) levanta a existência de uma confusão ideológica no que se refere ao sentido da urbanização. Pois, pode apresentar-se ao mesmo tempo através de um conjunto das formas espaciais específicas das sociedades humanas, caracterizadas pela concentração de atividades, serviços etc., e por meio de um conjunto de valores, da difusão de um sistema cultural específico. Tal ‘confusão ideológica’ que Castells traz à tona pode ser ressaltada, a nosso ver, como uma relação dialética que constitui a essência do urbano, a imbricação da forma com um sistema cultural e de valores que são permeados por um conteúdo social.

Com a intensidade e a ampliação do tempo da circulação verificada entre o fim do século XX e o início do século XXI, expande-se a produção do excedente e a acumulação, fazendo com que a distância espacial se contraia. O imperativo da acumulação produz a concentração da produção e do capital, também gerando uma ampliação do mercado para a realização, consequência disso é o aumento dos fluxos no espaço (HARVEY, 2005).

No âmbito do espaço urbano, passam a existir interações cada vez mais amplas, conformando uma complexa rede urbana, com uma reestruturação das relações entre cidades decorrente dos aspectos da mundialização e globalização. A redefinição das relações entre as cidades pode ser pensada a partir da intensificação das relações no âmbito das diferentes redes urbanas, e por outro, a possibilidade de interação entre cidades de redes urbanas distintas, ocasionando mudança na qualidade das relações (SPÓSITO, 2011).

Essas mudanças de relações implicam nas mudanças dos papéis e funções de cada cidade na rede urbana constituída. As cidades que detém maior capacidade de articulação tendem a apresentar um maior crescimento econômico, assumindo posição de destaque na rede onde se insere.

Grande parte da população mundial vive em áreas urbanas, concentradas fundamentalmente nas grandes cidades e regiões metropolitanas. No Brasil, também tem se destacado a urbanização de cidades médias e cidades de porte médio, nas quais se verifica o aumento da capacidade de concentração de pessoas, serviços, comércio, indústria e economia de uma forma geral, além das conexões que se estabelecem em escala mais ampla com outros espaços marcados por processos e demandas que se complexificam ao longo do tempo.

No pré-projeto em questão, considerando as características de Ituiutaba e a sua inserção na MRG – Microrregião que leva o mesmo nome, e baseado nos apontamentos de Batella (2013) em relação ao debate sobre o conceito de “cidade média” e “cidade de porte médio”, Oliveira (2013) analisou a dinâmica de estruturação urbana da Ituiutaba em seus 120 anos de existência, e afirmou que Ituiutaba poderia ser classificada como uma cidade média.

Os estágios da urbanização da MRG evidenciam os três momentos marcantes desse processo, os quais permitem concluir que, dentre as cidades da região estudada, Ituiutaba (MG) foi a que melhor absorveu os investimentos de capital, o que resultou no desenvolvimento econômico urbano, apresentado uma rede de influência hierárquica limitada à MRG, mas com uma rede de interações espaciais variável. Por ser um centro com funções intermediárias na rede urbana do Triângulo Mineiro Ituiutaba pode ser entendida na perspectiva analítica da cidade média. (OLIVEIRA, 2013, p. 400-401).

Pensar o espaço urbano nos faz refletir acerca de relevantes dinâmicas que permeiam, influenciam e são influenciadas por diversos interesses e ações que contemplam a vida em sociedade, através de seus agentes e das dinâmicas de produção.

Villaça (2001) ressalta que o espaço intraurbano estabelece o fluxo de seres humanos, seja para trabalhar (força de trabalho como mercadoria), seja para consumo e lazer (reprodução da força de trabalho). Ao focar nos aspectos relativos ao espaço intraurbano, as localizações representam um importante ponto a ser estudado. Na visão do autor, “os produtos específicos resultantes da produção do espaço intraurbano não são os objetos urbanos em si; as praças, as ruas ou os edifícios, mas suas localizações” (VILLAÇA, 2001, p.25).

De acordo com esse pensamento, para o entendimento da disposição dos objetos e da forma urbana na redefinição de uso e valor, não basta entender que algo está neste ou naquele lugar, mas sim o porque é um fenômeno social que os empreendimentos encontram-se neste ou naquele lugar e porque não em outros. É necessário verificar as motivações intrínsecas às localizações dos elementos da estrutura e suas correlações neste espaço intraurbano.

Carlos (2011, p.53) destaca que muitos estudos vistos como geográficos focaram ao longo do tempo na tradicional ideia de localização das atividades, todavia, vem ocorrendo um deslocamento do enfoque no intuito de entender a análise do conteúdo das relações que os constituem enquanto tal, “(...) como movimento do processo de apropriação/produção/reprodução do espaço em seus conteúdos sociais”.

A autora traz à tona que a ideia de produção está articulada à reprodução das relações sociais, o que ocorre em um determinado tempo e lugar, em escalas variáveis. A produção do espaço, nesse sentido, impõe a presença de conteúdos e determinações que obrigam a considerar os vários níveis da realidade como momentos diferenciados da reprodução da sociedade. É possível destacar o Estado, o capital com suas estratégias de reprodução (industrial, comercial ou financeiro, por exemplo), além dos sujeitos sociais (que em busca de seu meio de reprodução da vida humana tem o espaço como condição, meio e produto de sua ação).

Entender os agentes atuantes na produção do espaço urbano torna-se fundamental para visualizar a estruturação e a morfologia nele presentes. Para Corrêa (1999, p.44), estes agentes são: “Os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos”. Tais agentes estão inseridos dentro de uma temporalidade e assim se utilizam das técnicas existentes naquele período para realizar sua espacialização. Deste modo, eles materializam no espaço os processos e os fenômenos sociais no local onde atuam.

Corrêa (2009) nos deixa algumas indagações a respeito, entre elas, qual seria a importância atual desses agentes na produção do espaço? Será a mesma importância e influência exercida por esses agentes no espaço intraurbano e nas cidades de diferentes tamanhos demográficos, atividades econômicas e localização no Brasil?

Para pensar na atuação e articulação desses agentes, o referido autor apresenta alguns pontos relevantes, são eles: as “estratégias e práticas espaciais distintas e um único agente”; “estratégias e práticas espaciais semelhantes e diferentes agentes” e os “múltiplos papéis do Estado”. No primeiro ponto, um mesmo agente social pode criar subsidiárias e investir em

outras etapas presentes na configuração interna da cidade, uma empresa industrial através de subsidiárias pode investir na produção de imóveis ou na criação de loteamentos, por exemplo. No segundo ponto, ao contrário, vários agentes, cada um centrado em suas estratégias e práticas sociais pertinentes podem atuar visando os mesmos objetivos. No terceiro ponto, o Estado aparece como capaz de desempenhar múltiplos papéis no que se refere à produção do espaço. “Essa multiplicidade decorre do fato de o Estado constituir uma arena na qual diferentes interesses e conflitos se enfrentam” (CORREA, 2009, p. 45).

Isso significa dizer que os interesses muitas vezes se mesclam e um desses agentes pode adentrar à esfera do outro. Um exemplo é quando o proprietário dos meios de produção também é ou se torna proprietário fundiário, com o intuito de valorizar terras rurais adjacentes e transformá-las em urbanas, para especular a terra urbana e principalmente sua localização, até um momento de valorização posterior.

O Estado atua como principal gerenciador nesse processo, pois tem em suas mãos o aparato legal (a lei que define e regulariza as ações) além de ser grande proprietário de terras. O que deve ser colocado em cheque é que muito rotineiramente os interesses dos promotores imobiliários e até dos grandes proprietários são alinhavados com o Estado, sendo que a presença desses agentes na composição do poder público é muito comum para a defesa de seus interesses.

É possível destacar a abertura de novos loteamentos em direções específicas na malha urbana de uma determinada cidade. Isso atende em muitos casos, aos interesses de um proprietário das terras, ou de um grupo empresarial que tem em mente a expansão de loteamentos que atenderão a determinado padrão socioeconômico. Assim, instalam-se loteamentos de baixa renda o mais distante possível, conseqüentemente, valoriza os lotes deixados no caminho com a passagem da infraestrutura necessária (água, energia etc.).

Ao mesmo tempo, é comum a instalação de determinados loteamentos de médio a alto padrão em determinadas direções no eixo periférico da malha urbana de muitas cidades, com a presença inclusive dos condomínios fechados horizontais, assistidos com a mais completa infraestrutura urbana. Tais condomínios encontram-se eventualmente próximos de loteamentos populares ou até irregulares, marcados pela baixa infraestrutura, sobretudo, no que diz respeito ao padrão das moradias e à baixa presença de espaços livres de lazer, por exemplo.

Quando pensamos a questão das cidades médias e cidades de porte médio, o crescimento urbano desses espaços tem resultado no aumento das pesquisas acerca dessa realidade, como revelam os trabalhos de Amorim Filho (2003, 2007, 2005), Castelan (2012), Costa (2002),

Ferreira (2010), Ferrão, Henrique e Neves (1994), Silveira (2002) e Spósito (2001, 2007, 2009, 2011).

As cidades médias desempenham papéis de destaque nos seus espaços regionais, suprindo a demanda de consumo para seu espaço imediato e próximo, principalmente mediante o consumo consumptivo, isto é, aquele voltado para as famílias, como o consumo de educação, saúde, lazer etc. Mas também se articulam com vetores controlados por agentes hegemônicos externos que se materializam, por exemplo, nos setores financeiros, privados e/ou de oferta de produtos voltados ao consumo produtivo, que se configuram como o consumo voltado à produção de mercadorias: maquinário, conhecimento científico, consultorias, crédito etc., controlados por um número reduzido de empresas ou grupos globais. Dessa forma, em função das novas lógicas econômicas da urbanização, as cidades médias são incorporadas ao processo de “funcionamento global da sociedade e da economia”, como atestou Santos (1997, pág. 284).

Nas diversas análises sobre a importância e o destaque das cidades médias, há uma reverência seu processo de crescimento e desenvolvimento econômico. Porém, essas análises condicionadas às análises dos processos exógenos que repercutem no crescimento urbano, muitas vezes deixa a desejar na análise das dinâmicas internas dessas cidades, que tornam-se profundamente marcadas pela expansão e descontinuidade territorial, fragmentadas do ponto de vista de seus usos e, conseqüentemente, segregadas. A “menina dos olhos” aos quais muitos geógrafos se debruçam destacando pontos positivos da sua estruturação, escondem mazelas que são encontradas, muitas vezes, somente nas metrópoles, sendo a segregação sócioespacial uma das principais.

Villaça (2001, p. 45) aponta que a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intraurbano tem origem “na luta de classes pela apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens do espaço construído e na segregação espacial dela resultante”. Isso reflete uma condição necessária que reflete na apropriação desigual no espaço intraurbano pelas diferentes classes sociais.

Assim, o espaço intraurbano representa uma arena real de disputa, sendo que as forças hegemônicas geralmente conseguem se apropriar e dominar o espaço de acordo com seus interesses, impondo a produção de novas centralidades através da valorização de determinadas áreas e, por conseguinte, gerar a desvalorização e segregação de outras. De qualquer forma, é relevante pensar que tais relações entre os grupos derivam de uma tensão que se estabelece dialeticamente e se materializa no espaço, mas que é fruto do modo de produção capitalista.

A produção do espaço urbano em Ituiutaba incorpora as lógicas urbanas presentes nas cidades médias brasileiras, cujas contradições – inerentes ao sistema capitalista, trazendo no bojo de seu desenvolvimento histórico, traços das desigualdades sociais que, por sua vez, corroboram com a segregação espacial.

Santos (1987, p.81) destaca que:

Cada homem vale pelo lugar onde está; o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende da localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação, até o mesmo salário, têm valor diferente segundo o lugar em que vivem (...). A possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde está.

Assim, podemos definir que a apropriação do espaço intraurbano ocorre de maneira desigual, sendo que a capacidade financeira e de mobilidade do indivíduo pelo espaço determina a sua posição enquanto cidadão dotado de gozar de direitos essenciais (entre eles o lazer). É nesse âmbito que pode ser pensada a cidade atual através de suas novas centralidades e da fragmentação espacial que dificulta a acessibilidade de grande parcela da população, ou seja, apresenta-se de forma descontínua e através de fortes componentes de exclusão social e segregação espacial.

Villaça (2001) destaca que a segregação espacial é característica comum presente principalmente nas grandes cidades brasileiras, (sendo possível incluímos às cidades médias), onde as classes sociais se apresentam devidamente delimitadas e distribuídas no espaço urbano. “O que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p.143).

Segundo o referido autor, a segregação se apresenta como um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço. “(...) A maioria das análises partem de um espaço urbano dado, que é melhor, seja qual for o motivo, e por isso atrai os mais ricos, os que possuem mais prestígio, poder e status” (VILLAÇA, p.150).

É a camada de mais alta renda que, ao consumir e valorizar de forma diferenciada o espaço urbano, produz a segregação socioespacial. É através da existência da segregação que se permite aos grupos dominantes continuar seu domínio no espaço produzido, segundo seus

interesses. Essa separação entre os diferentes segmentos sociais no espaço pode funcionar como um instrumento de poder para o grupo mais abastado.

Os estudos que envolvem a ideia acerca da segregação espacial têm início no final do Séc. XIX e remetem, segundo Corrêa (1999), a alguns modelos, entre estes, o de Kohl em 1841, sendo que a cidade é, na sua visão, caracterizada por estar dividida em anéis, onde os grupos mais abastados habitavam o centro, enquanto na periferia viviam os pobres. Na década de 1920 surge o modelo de E. W. Burgess que apresenta que, ao contrário do anterior, as camadas mais ricas passam a viver nas periferias em busca de qualidade de vida e segurança (comum nos subúrbios dos EUA), enquanto as camadas mais pobres migram em direção ao centro da cidade buscando minimizar as distâncias do trabalho. Em seguida, no final da década de 1930, surgem as discussões do economista Hoyt. Segundo este último autor, o padrão de segregação não seguia um tipo concêntrico como o anterior, mas em setores a partir do centro, onde a região de maiores amenidades era ocupada pelas camadas de alto padrão e status social, sendo circundada por camadas de médio padrão e os mais pobres localizados em setores diametralmente opostos (CORRÊA, 1999).

De acordo com Villaça (2001) os estudos sobre a segregação incidem ou no mecanismo de defesa, ou na busca de prestígio e status social. As causas da segregação por classe, especialmente no comparativo das diferentes regiões e setores da cidade não foram muito estudadas, de acordo com o autor. Ele defende a ideia, nesse contexto, é de que quanto menos acentuada a estratificação social presente em uma metrópole e grande cidade, maior é a tendência de uma organização de sua estrutura em círculos concêntricos, ou seja, um pouco mais uniforme e talvez menos desigual torna-se o espaço intraurbano. No entanto, é visível nas grandes cidades brasileiras o efeito contrário, alguns “bolsões” privilegiados que abrigam segmentos de maior padrão de consumo encontram-se em determinados eixos ou setores ao longo das diversas cidades. Na formação das metrópoles brasileiras vários fatores causadores de ‘amenidades’ foram fundamentais para a expansão dos loteamentos privilegiados em determinados lugares (áreas distantes das proximidades de rios sujeitas a alagamento, colinas com visão privilegiada, ou nas proximidades da orla marítima nas cidades litorâneas, por exemplo). E nas cidades médias, como vemos em Ituiutaba, esses processos também acontecem, daí a possibilidade de estudá-lo.

Para Spósito (2011, p.141):

[...] a distância entre os desiguais, na cidade, não se opera mais, (...) a partir da lógica de periferação dos mais pobres e da destinação, aos mais ricos, das áreas centrais e pericentrais, as melhores dotadas de meios de consumo coletivo (...). Os sistemas de segurança urbana oferecem condições para que a separação possa se aprofundar, ainda que justaponham, no “centro” e na “periferia” segmentos sociais com níveis desiguais de poder aquisitivo e com diferentes interesses de consumo.

Com a produção das áreas residenciais fechadas, realidade comum nas grandes e médias cidades brasileiras, ocorre a formação desse imaginário coletivo de segurança e tranquilidade de quem adquire tais moradas, onde, na maioria dos casos, busca-se algo em comum, seja em residenciais voltados para grupos com determinado padrão de consumo ou renda, faixa etária, contato com a natureza etc.

Nestes termos, a realidade urbana contemporânea pode remeter-se às iniciativas de autossegregação, que se trata de um aprofundamento das desigualdades, negando a possibilidade de diálogo e da diferença, “justifica a noção de fragmentação socioespacial, tanto (...) na dimensão sociopolítica (...) como em sua dimensão socioeconômica” (SPÓSITO, 2011, p.142).

O debate atual em torno da questão da segregação socioespacial nas cidades tem demonstrado que este é um fenômeno multifacetado, sendo possível encontrar tipos variados de segregação, como, por exemplo, por raça, religião, idade, sexo, etnia, situação civil, por classes, socioeconômica entre outros.

No caso do Brasil, segundo Negri (2008), a maioria das pesquisas aponta que o principal tipo de segregação encontrada é a socioeconômica, por meio da qual as classes sociais distribuem-se de forma desigual no espaço urbano das grandes e médias cidades. Ocorre o surgimento de uma estrutura urbana dualizada entre ricos e pobres, uma organização espacial corporativa e fragmentada, onde as elites podem controlar a produção e o consumo da cidade, através de instrumentos como o Estado e o mercado imobiliário, conforme já destacamos, o que exclui e abandona a população de baixa renda à própria sorte.

Portanto, é possível dizer que nas cidades brasileiras os aspectos pertinentes à presença da segregação espacial são fundamentalmente demarcados na questão socioeconômica, fortemente atrelados ao déficit habitacional nas grandes e médias cidades, também levando a pensar que o crescimento urbano compartilha da exclusão social.

A estrutura intraurbana revela e reproduz as desigualdades, entendendo-as como a capacidade desigual que cada grupo da sociedade possui em se localizar em determinados espaços (alguns mais privilegiados em relação a outros), e conseqüentemente, à diferenciação socioespacial.

Villaça (2001) destaca que a segregação espacial é característica comum presente principalmente nas grandes cidades brasileiras, mas em nossa visão, tal processo se verifica com intensidades nas cidades médias brasileiras.

Para Lefebvre (1999), a segregação urbana é um fenômeno social e espacial. Social porque em sua base estão a organização da sociedade e as relações sociais que os indivíduos estabelecem entre si para reprodução das condições materiais e subjetivas de existência. Espacial porque essas relações se estabelecem em um território desigualmente equipado, diferencialmente simbólico e socialmente produzido. O espaço não só é construído e transformado pelos indivíduos, mas apropriado subjetivamente e, sendo assim, produz, estimula e inibe as diversas formas de interação social.

Outro importante autor que discute o conceito de segregação é Castells (2000), para quem segregação refere-se ao processo pelo qual o conteúdo social do espaço torna-se homogêneo no interior de uma unidade e se diferencia em relação às unidades exteriores, em geral conforme a distância social derivada do sistema de estratificação.

Em sua obra, o termo segregação urbana aparece, em primeiro lugar, conceituado em função da separação espacial das diferentes classes sociais existentes nas cidades capitalistas contemporâneas. Em segundo lugar, o conceito se refere ao acesso desigual que as diferentes classes têm aos meios de consumo coletivo. Em terceiro lugar, o autor faz alusão às formas, segundo as quais as políticas públicas, principalmente as de moradia, promovem, acentuam e consolidam o acesso desigual à cidade, prejudicando as classes trabalhadoras e beneficiando as classes dominantes.

Alguns autores distinguem dois tipos de segregação, entre estes, Corrêa (1999, p. 64), ao afirmar que “Fala-se em auto-segregação e segregação imposta, a primeira referindo-se à segregação da classe dominante, e a segunda à dos grupos sociais cujas opções de onde e como morar são pequenas ou nulas”.

Para alguns autores, ao impactar as camadas mais pobres da sociedade, temos o processo de segregação ou segregação sócioespacial que nada mais é que o processo resultante do processo de produção do espaço, no qual em muitos casos, essas camadas não têm controle,

sendo alocadas em bairros do espaço urbano onde, geralmente, ocorrem políticas públicas habitacionais, como em residenciais ou casas oriundo de programas habitacionais, onde as casas são construções padrão, de tamanho reduzido, lote pequeno, financiamento subsidiado e custo de parcela muito baixo, apropriado para famílias que sobrevivem de salário mínimo ou tem renda intermitente.

Já para as camadas sociais mais abastadas, a segregação pode ser uma opção, pois tem cacife financeiro suficiente para pagar para viver em residenciais na modalidade “condomínio fechado”, onde ao valor do lote de terras se agrega os serviços de manutenção, segurança privada, bem como todo o status de apartamento entre os moradores de dentro e os moradores de fora da cidade, além das construções suntuosas de quem realmente tem capital suficiente para investir junto aos da sua classe social.

Quando se analisa a realidade do núcleo urbano de Ituiutaba, vislumbra-se claramente as duas lógicas sendo produzidas e reproduzidas na cidade: a lógica da segregação sócioespacial, e a lógica da auto segregação espacial.

4.2 A fotografia como ferramenta de análise das dinâmicas espaciais.

“tudo o que se pode aprender deveria passar não só pelas orelhas, mas também pelos olhos para que ficasse impresso na imaginação”
(COMENIUS, 1648 *apud*, CAMPANHOLI, 2012, p. 02).

As fotografias são importantes por que nos fornecem informações, e mais do que isso, nos ensinam um código visual, mudando a nossa maneira de perceber o lugar em diferentes escalas. Numa sociedade de indivíduos autômatos, “a fotografia tornou-se um dos principais meios de acesso à experiência, a uma ilusão de participação” (SONTAG, 1986, p.20).

O processo de comunicação proveniente da utilização das imagens fotográficas como fonte primária, pode viabilizar uma prática de pesquisa que auxilie na interpretação do mundo onde vivemos, de maneira que as imagens são recortes fundamentais não só para o registro, mas também, o desvendamento do vários sentidos correlacionados aos aspectos geográficos.

A fotografia desenvolve o papel de auxiliar os pesquisadores em seu esforço para uma melhor compreensão do mundo. O uso da fotografia vinculado ao conteúdo teórico é um exercício que permite revelar o real, e no caso do espaço urbano de Ituiutaba, analisado pelo viés da segregação e da autosegregação espacial, desvelar as máscaras sociais.

Fotografia é um recorte do ponto de vista de quem fotografa e guarda numa imagem um momento da realidade espacial – a paisagem.

“Apesar de a ideia de paisagem estar presente desde a antiguidade, principalmente na pintura e na arte, a incorporação desse conceito nos estudos acadêmicos é uma criação da modernidade” (PUNTEL, 2006, p. 16).

Segundo Santos (2014, p. 67) a paisagem representa “Tudo o que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. É formada não apenas de volumes, mas também cores, movimentos, odores, sons etc”.

A paisagem é diferente do espaço, Segundo Santos (2014, p. 79) a paisagem “Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia”. Já o espaço é a junção da sociedade com a paisagem. Em outras palavras o espaço é um conjunto de objetos e de relações que estão em interação. O espaço é fruto da ação dos homens sobre o próprio espaço, que são compostos por objetos, naturais e artificiais.

Os registros das informações contidas em imagens e fotografias são importantes para o entendimento da configuração do espaço geográfico. “A imagem ultrapassa o código da escrita e se instaura no seio do processo educativo, nos possibilitando ver e comparar como era o espaço e como se tornou no decorrer dos tempos, pela mão do homem” (SANTOS, 1996) A fotografia é um importante registro documental, pois é responsável por registrar o que é visto no presente e também poderá servir para entendimento das transformações no espaço e tempo.

A fotografia, de um modo mais amplo, pode ser tida enquanto lembrança dos locais por onde andamos, é também como uma fonte infinita de dados, fatos e informações, transformando-se por isso, em um poderoso instrumento de "materialização" de lugares (TRAVASSOS, 2001).

Vertentes mais recentes, como a Geografia Cultural e a Geografia Humanística, passaram a tomar para si as imagens com fenômeno de interesse geográfico, partindo do princípio de que elas atuam fortemente na atual partilha do sensível, realizada também nas narrativas em imagens acerca do mundo no qual vivemos. (2009, p. 18).

Nesta tentativa de ler uma imagem, devemos ter o conhecimento que estamos buscando referenciais em um foco dado por algum expectador, ou seja, em uma foto percebendo o foco do fotógrafo. A fotografia é um recorte da paisagem, e ao ser elaborada por um fotógrafo, possuem o ideal de revelar os elementos da paisagem que o fotógrafo vê e quer representar visualmente àqueles que posteriormente contemplarão as imagens.

Não somente a imagem é inseparável de um antes e de um depois que lhe são próprios, que não se confundem com as imagens precedentes e subsequentes, mas, por outro lado, ela própria cai num passado e num futuro, dos quais o presente não é mais que um limite extremo, nunca dado. (DELEUZE, 1990, p.52).

Como revela Ribeiro (2013), Para gerarmos uma análise, podemos dizer que necessitamos de alguns esforços, um pouco de imaginação, pois, para compreender melhor o que a mensagem visual nos apresenta concretamente, necessitamos nos esforçar para imaginar que outra coisa, poderíamos interpretar. Possibilidades de interpretações pessoais são tantas e tão variadas, um ramo extenso de percepções, em compensação, esses esforços podem nos fornecer outras visões, formas de ler, categorias de análise muito relevante aos estudos Geográficos.

Portanto, ao produzir uma imagem e ao revelar o que ela representa, dimensionamos uma dimensão importante do espaço geográfico e, através das formas, podemos “mergulhar” nos seus processos.

Considerar a imagem como uma mensagem visual composta de diversos tipos de signos equivale, como já dissemos, a considerá-la como uma linguagem e, portanto, como uma ferramenta de expressão e comunicação. Seja ela expressiva ou comunicativa, é possível admitir que uma imagem sempre constitui uma mensagem para o outro, mesmo quando esse outro somos nós mesmos. Por isso, uma das precauções necessárias para compreender da melhor forma possível uma mensagem visual é buscar para quem ela foi produzida. (JOLY, 1996, p.55).

Ribeiro (2013), informa que infelizmente os geógrafos, assim como outros pesquisadores e educadores, não se preocupam, e por vezes menosprezam a contribuição que as imagens podem fornecer à compreensão dos conteúdos geográficos e escolares. Para o autor, analisar uma imagem é buscar conhecimento sobre nossas diferentes relações com o espaço, é compreender como evoluímos no tempo e espaço, como planejamos o passado e futuro. Ler uma imagem “é ter capacidade de interpretar o espaço geográfico, pelos nossos diversos tipos de representações e signos visuais que nos acompanham ao longo de nossa história como humanidade” (RIBEIRO, 2013, pág 41).

A esse respeito, destacamos a posição de Oliveira (2009):

Fotografar” ou “mapear” não são mais verbos restritos ao ato de usar a máquina fotográfica ou aos princípios da cartografia para produzir uma imagem. Dizem respeito à alta credibilidade das imagens que lhe são subjacentes – fotografias e mapas – ao lugar que elas ocupam na produção do real. Para uma grande parte das pessoas, essas imagens não são obras humanas, mas a própria realidade impressa em papel ou visualizada na tela. Não é muito diferente o que ocorre com o uso do verbo “filmar” e com a relação em que se estabelece com os filmes, principalmente os que dizem se documentários. (OLIVEIRA Jr, 2009, p.25).

As imagens fotográficas se apresentam como algo que precisa ser compreendido. Este “alfabetismo visual”, quer dizer que somos mais influenciados pelo mundo imagético que nos cerca, pelas subjetividades e pelas possibilidades de interlocução do conhecimento, do que pelas leituras ou pelo que ouvimos cotidianamente.

Seguindo esta linha de pensamento, Veiga-Neto (1999, p. 125) nos provoca: “somos analfabetos para a leitura das imagens, [...] valorizamos apenas um segmento do conhecimento: aquele que vem da palavra oral ou, mais ainda, escrita”.

Para Benjamin (2006), somente as imagens dialéticas podem ser consideradas imagens críticas e autênticas, pois obrigam as pessoas a olharem-na verdadeiramente, fazendo delas uma potência de reflexão e criticidade. Segundo o autor, ao realizar o exercício de crítica, reflexão e confronto com fotografias dos livros didáticos de Geografia que mostram o espaço urbano bem localizado, rico e com boa infraestrutura e daquele distante, pobre e com muita precariedade de equipamentos e serviços públicos, por meio do conceito de imagem dialética, onde o embate entre o distante e o próximo é pensando nas tensões e oscilações de presença e ausência, numa espécie de jogo dialético visual.

A imagem dialética para Bragança (2014), entende-se como:

Interpretação crítica do passado e do presente, pois não há imagem crítica sem um trabalho crítico da memória e sua figura do presente reminescente. Tem-se, desta forma, uma imagem de crítica e memória ao mesmo tempo, uma novidade radical capaz de reinventar o originário, de criar conhecimentos. Esta imagem de crítica e memória opera, de um lado, como forma e transformação, e, de outro lado, como conhecimento e crítica do conhecimento [...]. Ela não se fecha em nenhuma autolegitimação ou certeza de si, é sempre aberta e inquietante, em constante movimento (p. 160).

De acordo com Tonini (2003, p. 35), “ler imagens criticamente, implica aprender como apreciar, decodificar e interpretar imagens, analisando ao mesmo tempo a forma como elas são construídas e o modo como operam na construção do conhecimento geográfico”. No que se refere à Geografia, essa leitura das imagens e da realidade que nos cerca, é fundamental enquanto prática de ensino, pois a fotografia permite uma compreensão mais ampla dos fenômenos que ocorrem no espaço urbano.

Seguindo esta mesma linha de raciocínio, Fernandes (2011) afirma que:

Sendo a imagem apenas parte do todo capaz de ser percebido pelo olho humano, ao se utilizar da fotografia como uma fonte a mais para a leitura da realidade, o pesquisador vai se cercar dos recursos de que dispõe, de modo a ser capaz de transformar um objeto inerte (fotografia) numa linguagem plena de significação. (FERNANDES, 2011, p. 1-2)

Segundo Frasson (2021) nos estudos geográficos a fotografia atua como linguagem, expressão e representação, tornando-se aliada ao estudo do meio ou ao trabalho de campo, propiciando o contato direto do pesquisador com o objeto do conhecimento.

Trata-se de uma abordagem que consiste em desvelar o quanto as fotografias são reveladoras das relações espaciais e das espacialidades do espaço territorial e dos próprios sentidos de ser e estar no mundo. Nesse sentido, permite viabilizar a efetivação do processo de teoria e prática na Geografia ao proporcionar experiência concreta para a construção de ideias abstratas, edificadas por meio da reflexão e inter-relação dos conteúdos contribuindo na construção do conhecimento. (FRASSON, 2021, pág. 07).

Ademais, as materialidades registradas pelas imagens fotográficas mediadas pelo contexto de domínio do autor da imagem (estudante/professor/pesquisador/sujeito pesquisado) pode permitir a análise geográfica e possibilitar a construção do conhecimento científico e didático. A representação real e simbólica do campo de estudo pela fotografia auxilia a compor

a totalidade de forma multirreferencial ao permitir a discussão das relações e inter-relações que ali ocorrem.

Para Steinke (2014, p. 59) “[...] o enquadramento é o momento em que se estabelece uma relação entre a produção fotográfica e a análise e/ou representação geográfica, pois, em última instância, é no enquadramento que se gera o resultado do olhar do geógrafo.

Dentre as práticas cotidianas que possibilitam exercitar pensamentos geográficos, identificamos o ato de fotografar, observando que, a leitura de fotografias é realizada de acordo com o conhecimento adquirido, a experiência e a intencionalidade do leitor, portanto, como criação coletiva de sentido espacial a partir das condições temporais e espaciais com que os grupos humanos registram e/ou interpretam suas imagens fotográficas (KOSSOY, 2002).

A imagem fotográfica é uma linguagem específica que atua simultaneamente no campo do inteligível e do sensível, fornece um leque de informações em diversos campos do conhecimento, as quais o pesquisador pode utilizar-se para reconstituir e interpretar determinada realidade social (ARRUDA, 2010). Assim, ao tratarmos as imagens fotográficas nesse trabalho como linguagem não verbal, queremos demonstrar que podemos ler e escrever pelas e com as fotografias e não apenas ler e escrever sobre elas.

A intencionalidade do fotógrafo é a mesma do geógrafo, qual seja, tentar estabelecer um sentido possível de compreensão ao caos percebido/vivenciado, tentar se orientar e se localizar no mundo a partir do lugar em que se encontra (FERRAZ, 2011), para tal, estabelece referenciais de leitura dos fenômenos de maneira a possibilitar “uma ordem à cena” percebida.

Essa forma de composição de sentidos, a partir das imagens fotográficas, se complementa com os referenciais articulados pelas palavras, o que Douglas Santos (2007) define como “linguagem geográfica”. Dessa feita, a geografia, como todo conhecimento artístico ou científico, é resultado do agenciamento de outros saberes e linguagens, o que nos permite identificar a relação entre a forma espacial dos fenômenos, o seu processo e lugar de acontecimento, assim como seus sentidos passíveis de significação (denominação, descrição e expressão).

Sendo assim, podemos observar que, de acordo com o referencial teórico, a linguagem fotográfica pode ser entendida como registro imagético da forma espacial dos fenômenos, ou seja, dos fenômenos como e nos lugares em que eles acontecem, possibilitando assim ser entendida como meio de se pensar e construir geografias.

Mesmo sendo um objeto produzido com a intenção de reter e aprisionar sentidos, a fotografia possui uma força outra: efetua, em sua superficialidade, em seu silêncio, em dizeres balbuciantes, em tênues expressões e deixa um potente espaço vazio para sentidos não determinados [...] trazem o acaso e nos remetem a uma nova cidade. Cidade desvelada pela fotografia que transforma e alimenta saberes. Fotografar é desvelar a sua relação com o mundo, com o conhecimento (MARQUES, 2012, p. 162).

A fotografia tem o poder de gerar no observador questionamentos acerca de algo, seja aquela utilizada como arte ou como meio de informação, pois ao ver a fotografia começa a indagar quais os pensamentos que levaram o fotógrafo a posicionar determinados ângulo e olhar ao invés de outros possíveis. Contudo, “o geógrafo deveria estabelecer para o uso da fotografia um compromisso desafiador. [...] O desafio seria o de empregá-la com vistas a uma análise crítica” (REIS JÚNIOR, 2014, p.32).

Através das fotografias e da sua interpretação, iremos representar os processos de segregação e auto segregação espacial que ocorrem na periferia de Ituiutaba.

5. MATERIAIS E MÉTODOS

5.1 Etapas de execução do Trabalho

Na **primeira etapa** da pesquisa que resultou na elaboração do presente trabalho, fizemos o levantamento bibliográfico e todos os fichamentos necessários para entender o processo de produção do espaço urbano em Ituiutaba. Considerando as duas últimas décadas, focamos no processo de criação de bairros periféricos, tanto do Programa Minha Casa Minha Vida, quanto condomínios fechados, que ao nosso ver representam concretamente dois processos – segregação e autosegregação espacial, sendo o primeiro o resultado da não opção do sujeito em se localizar em bairros periféricos e pobres, e o segundo a opção por se encasular em condomínios fechados, resultando na elaboração do capítulo 3.

Teorizando sobre os processos supracitados, a **segunda etapa** da pesquisa foi estabelecer a análise teórica sobre segregação e autosegregação socioespaciais, momento em que estabelecemos a base analítica da pesquisa, quando também teorizamos sobre a relação e a aplicabilidade da Fotografia na Geografia, conforme capítulo 4.

Na **terceira etapa** realizamos os trabalhos de campo para registros fotográficos dos bairros estudados, bem como a coleta de imagens de internet, com o objetivo de obter as imagens necessárias para a construção do capítulo 6, onde apresentamos os resultados da pesquisa.

Na **quarta etapa** as informações foram reunidas e publicadas no presente trabalho.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

6.1 – Condomínios fechados e a autosegregação espacial em Ituiutaba.

Os condomínios fechados instalados em Ituiutaba são locais de moradia de parcela da população mais rica do município. A apartação social que fragmenta o espaço urbano é realizada em três empreendimentos. O Condomínio Ituiutaba, que possui 96 lotes, com área de 184.000 m², para desfrute de 77 associados; o Portal do Lago, que possui 85 lotes, com área total de 66.000 m², e o lançamento mais recente, ainda em construção e com área total de 100.000 m², o Condomínio Villagio.

Teorizando sobre as realidades, no capitalismo atual, o muro representa a apartação social entre os que possuem riqueza e poder, e os de fora, que não tem capital suficiente para viver em um ambiente exclusivo, onde são construídas casas suntuosas, típicas de famílias que tem capital suficiente para casas avaliadas em milhões de reais.

De uma maneira geral, a noção de auto-segregação refere-se às ações de certos grupos sociais caracterizados pelo elevado poder de compra e de mobilidade residencial, elites que se isolam ou se concentram em determinadas áreas como forma de reprodução de seu poder político e social. Com relação a noção de segregação imposta, a lógica se inverte, pois na relação entre oferta e demanda, atores como o Estado determinam a localização e os processos de mobilidade residencial e espacial de ampla maioria da população regida pela soberania da oferta à demanda (Romero *et.al.*2004, p.12).

Em geral, são condomínios bem planejados, sempre com extensa área verde interna, área de terreno para construção de moradia de cerca de 600 metros, todos murados, com portaria 24 horas, segurança privativa interna e forte simbolismo em signos como status, qualidade de vida e boa infraestrutura.

Os moradores optam por esse tipo de empreendimento devido à sua imponência, ao estigma de pertencimento de classe, pois a grande maioria dos sócios empreendedores são figurões da política, da indústria, do comércio, dos serviços ou da alta burocracia que vive em Ituiutaba (juizes, promotores, empregados da alta administração pública, etc).

[...] os condomínios fechados representam um novo tipo de segregação sócio-espacial que difere tanto do modelo induzido pelo Estado ou pelo setor industrial, através da construção de conjuntos habitacionais, quanto da segregação da pobreza, intensificada nas últimas décadas entre uma crescente população de excluídos do meio urbano. Este novo processo é a auto-segregação das classes médias e elites sociais, detentoras de

recursos para pagar pela privatização de grandes áreas altamente valorizadas e pelo distanciamento ou isolamento dos problemas urbanos: violência, degradação ambiental, miséria, lixo, poluição visual, congestionamento, confusão social, etc [...] (LUCHIARI, 1999, p.171).

Figura 8 – Condomínio Villagio – propaganda da infraestrutura, 2021.

CONDOMÍNIO
VILLAGIO

ÁREA ZEN

O PRIMEIRO CONDOMÍNIO DE LOTES
ITUIUTABA - MG

Estrutura completa, pra você e toda a sua família.

- ÁREA ZEN
- ACADEMIA
- SALÃO DE FESTA
- QUADRAS TÊNIS, VÓLEI E PETECA
- PLAYGROUND
- PISTA DE CAMINHADA
- PORTARIA E SEGURANÇA 24H

Fonte: <https://villagiocondominio.com.br/>. Acesso em 10/09/2021.

A propaganda é sempre muito parecida. Uma família branca composto pela esposa, o pai, o filho, todos brincando felizes em uma área verde, ampla. Destaque para as infraestruturas (área zen, academia, salão de festa, quadras, playground, pista de caminhada) e para a segurança. São condicionantes e externalidades de um produto (o condomínio fechado) para

um público que topa pagar o preço mais alto por metro quadrado cobrado para residir junto aos seus iguais, fragmentando o espaço da cidade, tendo em vista que o acesso à parte interna do condomínio é extremamente rígido.

Figura 9 – Condomínio Ituiutaba – muro com concertina, cerca elétrica e câmeras.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Nos condomínios fechados, conforme as figuras 9, o muro é a garantia máxima da segurança – um atributo de muito valor exigido pelas camadas de maior renda da sociedade. Eles possuem patrimônio e precisam evitar que os de fora adentrem as dependências do condomínio. Para isso, cercas, cerca elétrica, concertinas, câmeras de vigilância, rondas armadas são extremamente importantes no controle total do espaço de moradia.

Na figura 10, vemos uma contradição: ao lado de um bairro popular (bairro Brasil), e ao lado de um bairro extremamente segregado (Gilca Vilela Cancellia), temos inserido o Condomínio Ituiutaba.

É interessante notar que os agentes produtores do espaço conseguem, em espaços contínuos, estruturar e reestruturar os usos e realizar a fragmentação espacial do tecido urbano, usando estratégias habitacionais diferenciadas, conforme o público-alvo. Dai a importância do muro – sem ele, a pobreza que campeia o Bairro Brasil ou o Gilca Vilela Cancellia “contaminariam” ou “colocariam em risco” o Residencial Ituiutaba. Com o muro e todo o aparato de vigilância, os donos podem chegar felizes no seu espaço exclusivo, alienando-se do que ocorre imediatamente ao lado (figuras 10 e 11).

Figura 10 – Condomínio Ituiutaba (direta, portaria ao fundo) e Bairro Brasil (ao lado).



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 11 – Condomínio Ituiutaba (destaque em vermelho), Residencial Gilca Vilela Cancellia (destaque em amarelo) e parte do bairro Brasil.



Fonte: Google Earth, 2021.

É extremamente interessante notar que no raio de poucos metros, segundo levantamentos realizados junto à imobiliárias, um terreno pode custar R\$ 40.000,00 a R\$ 70.000,00 nos bairros populares, enquanto no condomínio esse valor ultrapassa R\$ 300.000,00. Essa valorização vai além, se considerar valor de residências: R\$ 70.000,00 a 170.000,00 nos bairros populares, alguns milhões no condomínio fechado. Daí se percebe que um dos fundamentos do capitalismo é a valorização diferencial do espaço que repercute na renda diferencial da terra (figura 12)

Figura 12 – Casa do residencial Gilca Vilela Cancellla fazendo divisa com o condomínio Ituiutaba.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Mas qual é a lógica que repercute na criação tão extremada da valorização fundiária? Em parte, a resposta é o marketing e toda a simbologia das representações espaciais que multidimensionam valores sociais (proteção, lazer, qualidade de vida, beleza, etc), que atraem as classes de maior renda para esse tipo de empreendimento, supervalorizando o m² da terra urbana.

A portaria do Portal do Lago foi elaborada no estilo mediterrâneo, remetendo à ideia do verde, da presença do natural em meio ao espaço, com destaque para o brasão que é a marca do condomínio (figura 13). Esse apelo aumenta com a presença do lago, o qual a maioria dos moradores do Portal o tem como paisagem, que se completa com a mata que circunda o lago (figura 14).

Figura 13 – Condomínio Portal do Lago – Portaria de Acesso, 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 14 – Condomínio Portal do Lago – lago e casas. O entorno do lago possui uma mata em de cerrado em recuperação.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

As portarias dos condomínios Villagio (figura 15) e Ituiutaba (figura 16) tem o estilo moderno, cuja ideia principal são as fachadas pouco ornamentadas. Seja pela sobriedade, seja pela suntuosidade, a portaria tem essa função de portal, estrutura que, quando cruzada de fora para dentro, provoca essa sensação aos sortudos beneficiários de mergulho em uma outra cidade, em uma outra realidade urbana, a qual compraram bom um bom preço e que vão compartilhar com os sujeitos de mesma classe social.

Nós não tivemos permissão de acesso à parte interna dos condomínios para poder analisar as estruturas. Mas ao percorrermos as áreas de entorno, muitas delas são parcialmente visíveis acima dos muros e das cercas; observam-se muitos estilos arquitetônicos, mas no geral, são casas grandes, provavelmente com muitos andares, geralmente com piscina.

Figura 15 – Condomínio Portal do Lago – muro e portaria de acesso, 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 16 – Condomínio Ituiutaba – Portaria de Acesso, 2021.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Em todo caso, o condomínio que mais se destaca é o Portal do Lago. Em primeiro lugar, por ser o empreendimento mais antigo da cidade. Em segundo lugar, por estar circundado dos bairros Drummond 1 e Drummond 2, que são bairros de classe média e média alta, Em terceiro lugar, por ser um condomínio pequeno, com praticamente todos os lotes ocupados. E por fim,

por ter algo que os demais condomínios não oferecem – a beleza cênica do lago que o nomeia e da mata ciliar que produzem uma bela visão para os moradores (figura 17).

Figura 17 – Portal do Lago – imagem de satélite.



Fonte: Google Earth, 2021.

6.2 – O PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida e a segregação sócioespacial em Ituiutaba.

Como informamos no Capítulo 3, entre os anos de 2009 e 2015, 10 conjuntos habitacionais financiados pelo PMCMV -Programa Minha Casa Minha Vida resultaram na construção de 4.047 casas populares financiados pelo poder público Federal, em parceria com o poder municipal, nos projetos habitacionais Buritis (328), Gilca Vilela Cancelli (364 casas), Jardim Europa II (390 casas), Marcondes Bernardes Ferreira (230 casas), Nadime Derze Jorge I (331 casas), Nadime Derze Jorge II (500 casas), Nova Ituiutaba I (529 casas), Nova Ituiutaba II (468), Nova Ituiutaba III (468 casas) e no Nova Ituiutaba IV (439 casas).

Tais empreendimentos resultaram da incorporação de amplos terrenos desocupados que foram urbanizadas através de políticas públicas do Programa Minha Casa Minha Vida, programa de financiamento do Governo Federal que liberou recursos públicos subsidiados, aplicados pela Caixa Econômica Federal para a compra da casa própria por famílias de baixa renda. Se por um lado, para parcela importante da população representou o acesso à moradia, para os donos de imóveis urbanos e rurais disponibilizados, representou a apropriação da renda da terra, valor esse que também impactou no ganho de capital das construtoras das obras de infraestruturas e casas.

Apesar da virtuosidade por trás da política pública habitacional, que garantiu moradia a um preço acessível para a população, diversos estudos têm revelado que fatores como localização, periferização, inexistência ou precariedade de equipamentos de consumo coletivo (praças, áreas de lazer, escola, posto de saúde, etc), linha de transporte municipal ativa, entre outros, revelam que essa expansão tem provocado a segregação sócioespacial desses bairros populares.

Segundo Correa (1989, p. 61), “a segregação residencial é uma expressão espacial das classes sociais”, onde operam diversas “forças”, que incluem desde a ação dos agentes produtores do espaço às projeções de consumo da classe dominante sobre as demais classes, passando pelo controle social exercido pelo capital e sua dinâmica de divisão do trabalho.

Na medida em que essas forças atuam intensamente e durante um longo período de tempo, geram uma marcante fragmentação da estrutura social, ao mesmo tempo em que se verifica crescente concentração de atividades e população na cidade. Da localização diferenciada, emerge a segregação residencial da cidade capitalista. (CORREA, 1989, pág. 62).

Nesse debate, Spósito (1996) também enfatiza essa visão, ressaltando que atualmente, mais do que em qualquer outro momento da urbanização, a territorialidade urbana em definição e a espacialidade que se constrói pela relação entre as localizações e os fluxos intensos e múltiplos, são elas próprias não apenas reflexo das práticas de segregação social, mas lhe determinam. Em outros termos,

A segregação espacial pode ser compreendida como resultado de um processo de diferenciação que se desenvolve ao extremo e que leva, na cidade, ao rompimento da comunicação entre as pessoas, da circulação entre os sub-espacos, do diálogo entre as diferenças, enfim, conduz à fragmentação do espaço urbano”. (SPÓSITO, 1996, p.74).

Dois dos empreendimentos ainda não foram entregues à população, devido a isso, formou-se um movimento de mutuários dos residenciais Nova Ituiutaba II e IV, que para pressionar a Caixa Econômica Federal e as autoridades municipais e federais, ocuparam o espaço, montando acampamento (figura 18).

A questão do acampamento revela o descaso das autoridades com a gestão dos recursos públicos e a tentativa, a seu modo, de a população agir no sentido de fazer as autoridades resolverem o problema da moradia.

Figura 18 – Acampamento nos residenciais Nova Ituiutaba II e IV.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Enquanto a população que seria beneficiária com as moradias luta, as casas seguem abandonadas, com muito mato pelos terrenos, vandalismo e depredação (Figura 19), pois já foram roubadas portas, janelas, fiação, aquecedores solar de água, enfim.

Figura 19 – Nova Ituiutaba II e IV – Mato crescendo nos terrenos de casas abandonadas e depredadas.

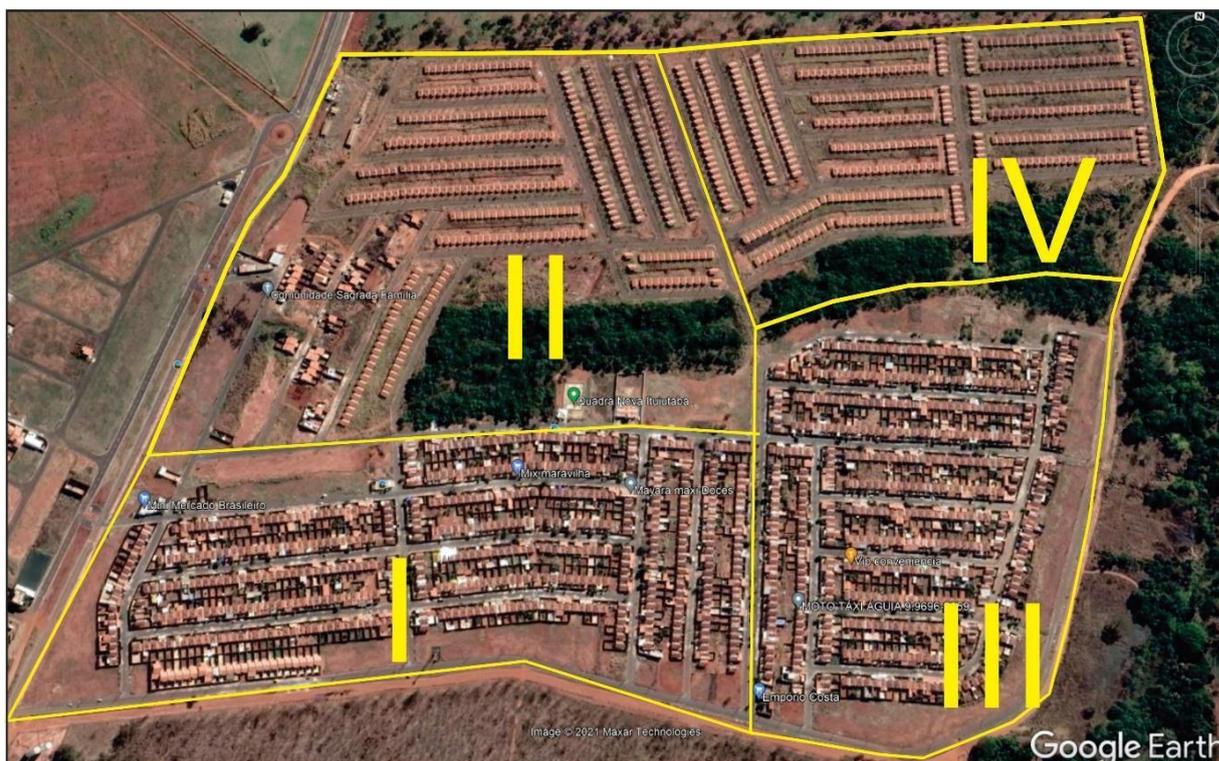


Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Apesar dos problemas referentes à área dos residenciais II e IV, os moradores dos residenciais Nova Ituiutaba I e III tem transformado a paisagem. Boa parte das casas possuem muro, várias apresentam ampliação de cômodos. É por isso que nos residenciais Nova Ituiutaba II e IV praticamente só se vê as ruas e o telhado das casas – a vida ali não pulsa. É por isso que a luta por moradia não é somente a luta pelo território – é a luta pela vida.

A luta por quem pretende possuir um lugar para morar, um lugar onde vai abrigar sua família e construir a realidade da casa própria – ainda que numa localização urbana ruim e sem melhores condições de qualidade urbana.

Figura 20 – Residenciais Nova Ituiutaba I, II, III e IV.



Fonte: Google Earth, 2021.

A figura 20 revela essa contradição. Nos residenciais Nova Ituiutaba II e IV não se vê vida. As casinhas estão lá, sem transformação espacial. Nos residenciais Nova Ituiutaba I e III revelam uma dinâmica urbana de reestruturação das diminutas casas, recebidas sem muro ou outra benfeitoria. O lote que cabe a cada morador tem sido modificado em diferentes proporções: alguns simplesmente muram a propriedade. Outros fazem um puxadinho. Vários constroem cômodos, fazendo quarto, sala, garagem.

Alguns contratam um pedreiro, mas a maioria vai no sistema da autoconstrução – mas seja no fim de semana ou nos dias livres, dia a dia o bairro sofre as transformações: lentamente somem as casinhas de uma única cor, e rapidamente vão aparecendo diferentes cores, designers, arquiteturas, que são a projeção concreta dos sonhos da casa própria espacializadas. Se percebe cores, se percebe árvores se percebe movimento de pessoas. Os carro e motos vão e vem, crianças brincam na rua, a escola e a saúde é longe, mas para essa população, o que lhes importa é ter o seu lugar para morar e viver (figuras 21 e 22).

Figura 21– Residenciais Nova Ituiutaba III – Casa com processo de ampliação ainda sendo executado (presença de parede sem reboco).



Fonte: Google Earth, 2021.

Figura 22 – Residenciais Nova Ituiutaba I – Casa cuja única transformação são os muros e a grade de proteção nas janelas. O morador pouco transformou a moradia.



Fonte: Google Earth, 2021.

Porém, ao percorrer as ruas da parte habitada, nos deparamos com várias situações problemáticas. Equipamentos públicos como quadra de esportes e academia ao ar livre até que estão funcionais, porém ao lado funcionaria uma horta comunitária, mas o terreno está abandonado (figura 23) e as ruas do final das quadras, nas divisas com as propriedades rurais, estão servindo para jogarem entulho de construção civil (figura 24), e o que é pior, lixo urbano (figura 25).

Figura 23 – Quadra de esportes e academia ao ar livre funcionando. O terreno abandonado ao lado deveria abrigar uma horta comunitária.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 24 – As áreas que circundam os residenciais tem se transformado em depósito de entulho.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Figura 25 – Em diferentes pontos, o problema é o lançamento de lixo urbano.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

Não sabemos se é por falta de fiscalização, se é uma prática dos próprios moradores que, por estarem mais afastados do tecido urbano do município, descartam no seu próprio território tais materiais, ou é justamente o contrário, os moradores da cidade, de outros bairros, consideram os bairros periféricos tão afastados, que é neles onde depositam seus resíduos sólidos, pois vislumbramos as mesmas cenas em outros bairros segregados (figura 26), como no Gilca Cancellata Vilela.

Figura 26 – Residencial Gilca Cancellata Vilela – descarte irregular de resíduos da construção civil.



Fonte: Trabalho de campo, 2021.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O espaço urbano de Ituiutaba segue as mesmas lógicas urbanas de países subdesenvolvidos como o Brasil – é um espaço de luta e interação entre os agentes produtores do urbano, cuja dinâmica produz e reproduz múltiplas diferenciações especializadas.

A segregação urbana é um fato concreto em Ituiutaba. Cada espaço é ocupado diferencialmente pelas classes sociais. Cada grupo projeta no espaço aquilo que lhe qualifica e que o diferencia socialmente. O resultado é uma cidade fragmentada.

Ainda que vizinhos na periferia, o status de um local pode diferenciá-lo diametralmente pelos atributos urbanos concretos (tipo de moradia, tipo de equipamento de uso coletivo) ou imateriais (bairro de rico X bairro de pobre; condomínio popular x condomínio fechado).

A análise espacial poderia ser mais profunda caso pudéssemos realizar além dos trabalhos de campo, as entrevistas. Porém, ao nosso ver, o trabalho cumpriu sua proposta teórica e metodológica: à luz da discussão sobre segregação e autosegregação, e com base na fotografia, revelas as lógicas espaciais.

Se por um lado as políticas habitacionais foram importantes para a população de baixa renda conquistarem o direito à casa própria, diminuindo o déficit habitacional, por outro lado, dinamizou o setor da construção civil, gerando empregos de baixa qualificação. Porém, tais empreendimentos resultam numa cidade com áreas urbanas precarizadas, distante do centro, com problemas urbanos complexos, com grande densidade, e diferentes sobretudo, dos bairros produzidos para as classes médias e altas.

Miyazaki (2018) entende que em Ituiutaba verifica-se “uma concentração da população de mais alta renda na área central e em seu entorno mais próximo, enquanto que as camadas mais populares predominam nas periferias”, reproduzindo o pensamento clássico centro-periferia. Porém, essa análise não consegue explicar a realidade local.

Oliveira (2020, pág. 120), entendeu com mais profundidade as lógicas de estruturação do espaço urbano. Para ele, a presença de loteamentos e empreendimento de classe média e alta ‘indicarão concentração de população de alta renda na zona sul da cidade, em detrimento do centro, uma vez que é a área com maior valorização imobiliária nos últimos sete anos’.

De fato, a realidade ituiutabana é outra. A relação pobreza e periferia não é direta. A periferia ituiutabana recebe pobres, classe média e classe alta. O que muda é a face da integração ou exclusão das camadas sociais à cidade.

Uma família rica ou de classe média morando longe do centro, em uma moradia de alto e médio padrão, em um bairro com características urbanas aprazíveis, além da propriedade de transporte particular que garante condições de deslocamento, como consumir no centro, levar um filho à escola, frequentar uma academia ou praça, acessar serviços médicos, por exemplo, pode vivenciar a cidade com muito mais intensidade que um morador pobre, que depende de transporte público e, sobretudo, de serviços públicos gratuitos (saúde, educação, etc).

A periferização da população ituiutabana não é somente da população de baixa renda. Não importa se os empreendimentos são periféricos. Seja os condomínios fechados, sejam bairros nobres como Residencial Drummond I, Residencial Drummond II, Spazio Collina (vide estudos de Silveira, 2012), seja os bairros pobres. A cidade cresce, se expande. A mancha urbana avança, incorporando cada vez mais novas áreas para o consumo do espaço e a produção da renda.

O que se verifica é que a produção do espaço local ocorre, nas últimas décadas, com características mais periféricas. Porém, a apropriação do espaço, com base nos sujeitos que os apropria, colocado as suas origens sociais e condições econômicas, os diferencia. E é na diferenciação que vemos uma periferia integrada e uma periferia desintegrada no tecido urbano ituiutabano. Assim, a cidade cresce, cada vez mais fragmentada, segmentada, excludente.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José. I. R. Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.7, n.9, p. 21-38, 2003.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de (org.). **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Vieira, 2005.
- AMORIM FILHO, Oswaldo B.; RIGOTTI, José. I. R.; CAMPOS, Jarvis Os níveis hierárquicos das cidades médias de Minas Gerais. **RA'EGA (UFPR)**, v. 13, p. 7-18, 2007.
- ARRUDA, Rinaldo S. V. Vida urbana, fotografia e antropologia. In: **Revista Ponto e Vírgula**, n.7, p. 187-191, 2010. revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/viewFile/.../10305 Acessado em 13/07/2015.
- BATELLA, Wagner. **Os limiões das cidades média: reflexões a partir de Teófilo Otoni 2013**. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2013.
- BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2006.
- CAMPANHOLI, Julie AM. O uso da fotografia na prática docente. São Paulo: Mackenzie. **Revista Pandora Brasil**, São Paulo, n. 3, dez. 2012. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/docencia/julie.pdf>. Acesso em: 10 fev.2017.
- CARLOS, Ana Fani A. **A cidade**. 8a Ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço-tempo na metrópole**. São Paulo: Contexto, 2001.
- CATELAN, Márcio J. **Heterarquia Urbana: interações espaciais interescaleres e cidades médias**. Tese (Doutorado em Geografia) –FCT/UNESP, 2012, 227p.
- CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Kaluss Brandini Gerhardt. v. II. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- CASTRO, Iná et All. **Geografia: Conceito e Temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 2009.
- COSTA, Eduarda M. Cidades Médias: contributos para a sua definição. **Finisterra**, Vol. 37, n° 74, p. 101-128, 2002.
- DELEUZE, Gilles: **A imagem-tempo**: (Trad. Eloísa de Araújo Ribeiro). São Paulo: Brasiliense, 2007, p. 338.
- FERNANDES, Maria Esther. Imagem e olhar em pesquisa: para além do visível. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VIII, n. 2, p. 38-51, jul. – dez. 2011.
- FERRÃO, João; HENRIQUES, Eduardo B.; NEVES, Eduardo O. Repensar as cidades de média dimensão. **Análise Social**, vol. XXIX (129), p.1123-1147, 1994.
- FERRAZ. Cláudio Benito O., NUNES, Flaviana G. (orgs.). **Imagens, Geografias e Educação - intenções, dispersões e articulações**. Dourados (MS): Editora UFGD, 2012.
- FERREIRA, Sandra C. **Rede urbana, cidade de porte médio e cidade média: estudos sobre Guarapuava no estado do Paraná**. Tese (Doutorado em Geografia). FCT – UNESP, 2010.

- FRASSON, Margarete. Fotografia, contexto e análise no ensino e na pesquisa de Geografia. **Geoiingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**. Maringá, v. 13, n. 2, p. 4-27, 2021.
- FREISLEBEN, Alcimar Paulo. KAERCHER, Nestor André. O potencial didático das fotografias do espaço urbano no ensino de Geografia. **Para Onde!?**, Porto Alegre, v.12, n.1, p. 09-22, 2019.
- GARUTTI, Sandra L. P. S.; LOPES, C. S. **O uso da fotografia no ensino da geografia e a transformação do espaço geográfico**. Disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2012/2012_uem_geo_artigo_sandra_lucia_prudencio_santana.pdf> Acesso em: 10 fev.2017.
- GUERRA, Maria Eliza Alves. LIBERA, Izabela Ilka Medeiros Dalla. Agentes produtores da forma urbana nas cidades médias do Triângulo Mineiro e alto Paranaíba – Estudo de Caso: Ituiutaba. Anais: **IX Colóquio Quapá** Sel. São Paulo: UFES/FAUUSP/QUAPÁ, 2014. 22 pág.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. Coordenação Antônio Carlos Robert Moraes. São Paulo: Annablume, 2005.
- JOLY, Martine. **Introdução à análise da imagem**. Trad. Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papirus, 1996. p.152.
- KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê editorial, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução Urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MARQUES, Ivânia. Desvelando a cidade. In: FERRAZ. Cláudio Benito O., NUNES, Flaviana Gasparotti. (orgs.). **Imagens, Geografias e Educação - intenções, dispersões e articulações**. Dourados (MS): Editora UFGD, 2012, p. 153-168.
- NASCIMENTO, Rafaela Araújo do. STEINKE, Valdir Adilson. Apontamentos teóricos para a relação entre paisagem e fotografia na Geografia. **Ra'ega**. Curitiba, v.44, p. 21 -35 , Mai/2018.
- NASCIMENTO, Plínio Andrade Guimarães do. MELO, Nágela Aparecida de. ITUIUTABA (MG): reflexões sobre sua atuação na rede urbana regional a partir dos serviços de saúde e educação. **Geo UERJ** - Ano 13, nº. 22, v. 2, 2º semestre de 2011 p. 395-421
- NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio-espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso tempo**. Rondonópolis - MT, v. VII, nº 8, p. 129 a 153, 2008. Disponível em: file:///C:/Users/pc/Downloads/108-99-1-PB%20(2).pdf. Acesso em: 10/09/2021.
- OLIVEIRA, Hélio Carlos Miranda de. **Urbanização e cidades: análise da Microrregião de Ituiutaba (MG)** 2013. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Geografia, Uberlândia, 2013.
- OLIVEIRA, Leticia Parreira. RIBEIRO FILHO, Vitor. O desenvolvimento socioeconômico do Pontal do Triângulo Mineiro. **Ateliê Geográfico** -Goiânia-GO,v. 11, n. 1, p.49-70, abr/2017.
- OLIVEIRA Jr, Wescsláo Machado de. Grafar o espaço, educar os olhos. Rumo a geografias menores. **Pró-Posições - Revista Quadrimestral da faculdade de Educação**, UNICAMP: V 20, n.3, p. 17-28, set/dez, 2009.
- PUNTEL, G. A; VERDUM, R. **Paisagem: uma análise no ensino da Geografia**. Dissertação de mestrado (Pós-graduação em Geografia). Porto Alegre, agosto, 2006. Disponível em < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8818/000589540.pdf?> >Acesso em: 10 fev.2017.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

- REIS JÚNIOR, D. F. Aspectos históricos da fotografia e realizações em Geografia. In: **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos** / Organizadores: Valdir Adilson
- RIBEIRO, Leticia P; ARDILA, Ana Marcela; GÓIS, Marcos: Oficina: Metodologias visuais aplicadas à pesquisa dos espaços públicos. Ministrada por: Grupo Território e Cidadania, UFRJ.
- RIBEIRO, Roberto Souza. **Geografia e imagem: a foto-sequencia como metodologia participativa no 9º ano do ensino fundamental de Geografia**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina: Programa de Pós Graduação: Florianópolis, 2013.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- SANTOS, Douglas. **O que é Geografia?** (Material de apoio ao mini-curso ministrado no VI Encontro Nacional de Ensino de Geografia “Fala Professor”). Uberlândia (MG): Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2007.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado: fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2014.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record, 2001.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 2a. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 4. Ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SANTOS, Milton. **O espaço cidadão**. São Paulo estúdio Nobel, 1987.
- SAQUET, Marcos Aurélio. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. **Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- SILVEIRA, Maria Laura. Globalização, Trabalho, Cidades Médias. **Geo UERJ**. n. 11, 2002, pp. 11-17.
- SOUZA, Jéssica Silva Souza. **Cidade, consumo e práticas espaciais em Ituiutaba – MG: segmentação e fragmentação socioespacial**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de Ciências Humanas do Pontal, Ituiutaba, 2018.
- SONTAG, Susan. **Ensaio Fotográficos**. Lisboa, Dom Quixote, 1986. (col. arte e sociedade).
- SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. Belém: FASE e UFPA, 2009.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do Espaço Urbano: Escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO Maria Encarnação Beltrão. (Organizadores). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão *et al.* O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 35-68.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão., Maria Encarnação B. **Para pensar as pequenas e as médias cidades brasileiras**. Belém: FASE e UFPA, 2009.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In SPÓSITO, Maria Encarnação B. (Org.) **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Programa de Pós-Graduação em Geografia – Gasperr: Presidente Prudente, 2001.

STEINKE, Valdir Adilson. Imagem e geografia: o protagonismo da “fotogeografia”. In: STEIKE, Valdir Adilson et al. (Org.). **Geografia e fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília, DF: LAGIM/Unb, 2014.

TRAVASSOS, L. E. P. A fotografia como instrumento de auxílio no ensino da Geografia. **Revista de Biologia e Ciências da Terra**, Sergipe, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://joaootavio.com.br/bioterra/workspace/uploads/artigos/fotografia-5155e0b8346fa.pdf>> Acesso em: 10 fev.2017.

TONINI, Ivaine M. Imagens nos livros didáticos de Geografia: seus ensinamentos, sua pedagogia. In: **Mercator**, ano. 2, n. 4, 2003.

VEIGA-NETO, Alfredo. **De internet, cibercultura e inteligências**. Episteme. 1999, 1-6.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.